



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA



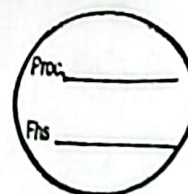
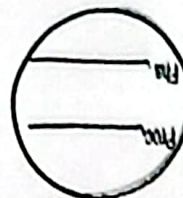
ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA



TRAMITAÇÃO

PROCESSO
INEXIGIBILIDADE
002/2026

098/2026



Requerente: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
E PLANEJAMENTO-SEMAD

VOL.I

Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA
PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE
LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E
DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS,
EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES,
PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR.

Credor:



Prefeitura Municipal de São Joao da Baliza
Sec. Mun. Licitações, Contratos e Convênios - Semlic
Prefeitura Municipal de São Joao da Baliza
Av. São Paulo, 1077, Centro - São João da Baliza/RR - CEP: 69375-000
CNPJ: 04.056.248/0001-25 Telefone: (95) 9999-9999



Termo de Abertura de Processo

Processo Nº 000098/2026

Data de Abertura: 26/02/2026

Requerente

04.056.248/0001-25 | PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA

Endereço

Av. Perimetral Norte, s/n, Prédio Administrativo, Centro - São João da Baliza, /RR - CEP: 69375-000

Contato

Celular: (95) 98805-3957

E-mail

gabinete@sjb.rr.gov.br

Atendente

LUIS PAULO OLIVEIRA

1ª Previsão

13/03/2026

Assunto

ABERTURA DE PROCESSO

Primeiro Trâmite

GABINETE

Data/Hora do Trâmite

26/02/2026 18:06:56

Processo Administrativo

Descrição Detalhada do Assunto e Relação de Documentos Anexos

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR.

Nestes termos, pede deferimento.

São João da Baliza, 26 de fevereiro de 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
Requerente



Prefeitura Municipal de São Joao da Baliza
Sec. Mun. Licitações, Contratos e Convênios - Semlic
Prefeitura Municipal de São Joao da Baliza
Av. São Paulo, 1077, Centro - São João da Baliza/RR - CEP: 69375-000

Processo Nº 000098/2026

Requerente: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA

Assunto

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR.

Acompanhe o Andamento do Processo pela Internet

Site: <https://saojoaodabaliza.saatri.com.br/Contribuinte/AcompanharTramites> CPF/CNPJ: 04.056.248/0001-25 Data Protocolo: 26/02/2026

Atendente: LUIS PAULO OLIVEIRA Previsão: 13/03/2026 Valor: Destino: GABINETE





EMBRANC



Prefeitura Municipal de São Joao da Baliza
Sec. Mun. Licitações, Contratos e Convênios - Semlic

Impresso em 26/02/2026 às 18:07:10



PROCESSO
000098/2026

Data de Entrada: 26/02/2026



Processo disponível para recebimento com código de barras

Requerente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA

CPF/CNPJ

04.056.248/0001-25

Assunto

ABERTURA DE PROCESSO

Origem

SEC. MUN. LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS - SEMLIC

Atendente

LUIS PAULO OLIVEIRA

Observação

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR.

Tramitação

Data	Destino	Data	Destino
26/02/2026	GABINETE DA PREFEITA - GABINETE		

EM BRANC



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



DOCUMENTO DE FORMAÇÃO DE DEMANDA

Setor Requisitante: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Unidade/Setor/Dept) responsável pela demanda:

Objeto da futura contratação:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR.

1. TIPO DO OBJETO

Serviço Continuado.

2. FORMA DE CONTRATAÇÃO SUGERIDA

Inexigibilidade

3. FONTE DE RECURSOS PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA

Unidade 02.06.00

Atividade: 12.361.4000.2027.0000 -

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 – Pessoa Jurídica

Fonte Recursos:

Secretaria de Municipal de Administração e Planejamento

4. NECESSIDADE ADMINISTRATIVA

A contratação dos serviços especializados em capacitação tem como finalidade promover o aperfeiçoamento técnico dos servidores que atuam direta e indiretamente nos

EMBRANC



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



procedimentos de contratação pública no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de São João da Baliza – RR, garantindo o adequado planejamento, execução, julgamento, formalização e fiscalização dos processos licitatórios e contratuais.

O treinamento voltado a Agentes de Contratação, Pregoeiros e membros da Equipe de Apoio possibilitará o domínio das normas, diretrizes e procedimentos operacionais previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como a aplicação prática das modalidades de Pregão, Concorrência e Dispensas, o que contribui para uma atuação mais eficiente, segura e alinhada às exigências do novo regime de contratações públicas.

Tal medida é imprescindível para minimizar riscos administrativos, jurídicos e financeiros, decorrentes de falhas na condução dos certames ou no cumprimento das fases licitatórias, assegurando maior eficiência, economicidade, transparência e governança no uso dos recursos públicos destinados à educação municipal, em plena observância aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

Além disso, a constante atualização e qualificação dos profissionais envolvidos nas contratações públicas proporciona melhorias diretas nos resultados alcançados, refletindo em serviços de maior qualidade para a população e no fortalecimento das políticas educacionais do município.

Local da Execução:

O curso será realizado na cidade de Florianópolis – SC, Dias 18, 19 e 20 de Março de 2026.

Forma e Periodicidade da Entrega:

Presencial, conforme programação estabelecida e aprovada pela Administração.

5. JUSTIFICATIVA DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR, se justifica:

EM BRANC



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

A contratação de curso de capacitação é medida necessária para garantir a formação técnica adequada dos Agentes de Contratação, Pregoeiros e membros da Equipe de Apoio da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de São João da Baliza – RR, assegurando o pleno atendimento às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, que rege o novo regime das contratações públicas no país.

Tal capacitação proporcionará aos servidores o domínio das ferramentas digitais oficiais, garantindo maior segurança jurídica e padronização dos procedimentos internos, especialmente diante da obrigatoriedade crescente da adoção de plataformas eletrônicas no âmbito das aquisições governamentais.

Além de promover o aprimoramento das competências profissionais dos colaboradores envolvidos nas contratações públicas, a medida contribui para a melhoria da eficiência administrativa, para a economicidade na aplicação dos recursos educacionais e para o fortalecimento da transparência e da governança na gestão pública municipal.

Dessa forma, a contratação do referido serviço representa investimento estratégico para a Administração, reduzindo riscos em processos licitatórios, prevenindo falhas na formalização e fiscalização contratual e assegurando melhores resultados para a sociedade, em consonância com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

Desta forma, solicitamos que o Diretor do Departamento de Licitações proceda a elaboração do Estudo Técnico Preliminar para análise e tomada de decisão quanto a futura contratação.

São João da Baliza/RR, 09 de fevereiro de 2026.

ELABORADO POR: KELIANY SOUSA TERÇO

Aprovo este documento.

São João da Baliza-RR, 06 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO JOSÉLIO FREITAS DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1140 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637
TEL: 773-936-5000
FAX: 773-936-5001
WWW.CHICAGO.LIBRARY.ORG

EM BRANC



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

TERMO DE JUNTADA

Processo Administrativo nº 098/2026

Interessado: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR.

Aos 09 (nove) dias do mês de fevereiro de 2026, procedo à juntada aos autos do Processo nº 098/2026, A proposta de preço.

EM BRANC

APRESENTAÇÃO

CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO DE AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES

CURSO PRESENCIAL EM FLORIANÓPOLIS - SC
DIAS 18, 19 E 20 DE MARÇO DE 2026

PÚBLICO ALVO: SETOR PÚBLICO E PRIVADO



WWW.LICIEXPRESS.COM.BR

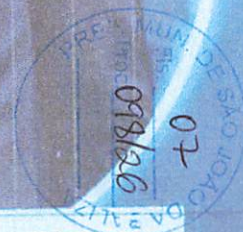
(48) 3224-8575 (48) 999582901

@LICIEXPRES



com DR. FELIPE BOSELLI

Autogra do
06/02/2026



EMBRANC

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Estrutura da Nova Lei
- Regulamentações Necessárias
- Agentes Públicos
- Objetivos da Licitação
- Princípios
- Modalidades
- Plano de Contratação Anual
- Planejamento da Contratação
- Estudos Técnicos Preliminares
- Gestão de Riscos
- Pesquisa de Preços
- Ciclo de Vida

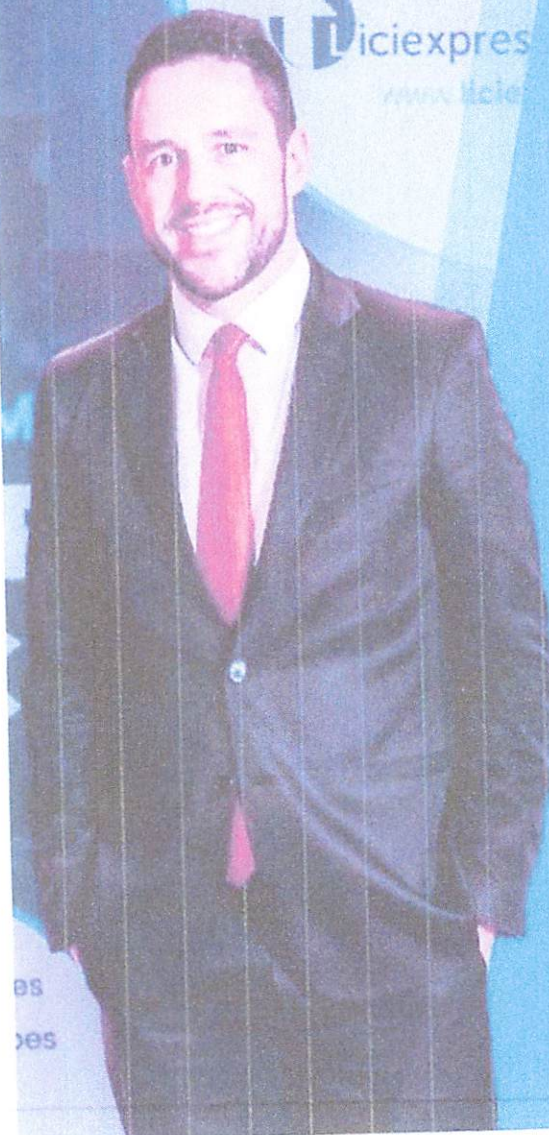
- Margens de Preferência
- Parecer Jurídico
- Especificações do Objeto
- Termo de Referência
- Anteprojeto
- Projeto Básico
- Elaboração de Editais
- Avisos de Licitações
- Audiência de Consulta
- Modos de Disputa
- Fases da Licitação
- Classificação de Propostas

- Habilitação
- Licitação Eletrônica
- Recursos e Impugnações
- Encerramento da Licitação
- Especificações do Objeto
- Procedimentos Auxiliares
- Sistema de Registro de Preços
- Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
- Contratação Direta
- Sanções Administrativas



EM BRANC

PALESTRANTE DR. FELIPE BOSELLI



Advogado. Graduado, Mestre e Doutor em Direito do Estado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC com pesquisas realizadas na Universidade de Lisboa, Universidade Complutense de Madrid e na Universidade de Buenos Aires. Pós-graduado em Licitações e Contratos Administrativos, Processo Civil e em Direito Constitucional e Administrativo. Sócio da Boselli Advogados Associados e da Boselli Licitações.

Autor do livro “A inadimplência no pagamento dos contratos administrativos”, coautor dos livros “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, “Licitações, contratos e convênios administrativos”, “Lei das Empresas Estatais”, “Direito, Estado e Constituição” e “Combate Preventivo à Corrupção no Brasil” e organizador dos livros “Legislação de licitações”, “Legislação de licitações para obras e serviços de engenharia”, “Contratações Públicas” e “Direitos Humanos da Tributação”.

Foi Secretário-adjunto da Comissão de Mobilidade Urbana da OAB-SC (2010-2012), Presidente da Comissão de Licitações e Contratos Administrativos da OAB/SC (2013-2018), Diretor de Direito Público da Escola Superior de Advocacia – ESA-OAB/SC (2019-2021), Conselheiro de Administração da CASAN – Companhia Catarinense e Águas e Saneamento (2019-2021), Conselheiro de Administração da SCPAR Porto de São Francisco do Sul (2021-2023) e Conselheiro de Administração da Companhia Muller de Bebidas – Pirassununga 51 (2021-2022) e Secretário-Geral do IDASC – Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina (2021-2023).

Atualmente é professor convidado de diversos cursos de pós-graduação por todo o país, além de ministrar cursos e palestras na área de Licitações e Contratos Administrativos a entidades públicas e privadas.

EMBRANC

PROGRAMAÇÃO



DATA

18, 19 E 20 DE MARÇO DE 2026



CARGA HORÁRIA

24H DE AULA



LOCAL

HOTEL FAIAL - RUA FELIPE SCHIMIDT 603 - CENTRO, FLORIANÓPOLIS - SC



HORÁRIOS

DIA 18/03 - 08:00 às 17:45 - (ALMOÇO 12:30 às 13:30 - COFFEE BREAK 10:30 e 15:30)
DIA 19/03 - 08:00 às 17:45 - (ALMOÇO 12:30 às 13:30 - COFFEE BREAK 10:30 e 15:30)
DIA 20/03 - 08:00 às 15:30 - (ALMOÇO 12:30 às 13:30 - COFFEE BREAK 10:30)



@LICIEXPRES



WWW.LICIEXPRESS.COM.BR



(48) 3224-8575



(48) 999582901



Liciexpress

EMBRANC

INSCRIÇÃO

INVESTIMENTO

Valor integral: R\$ 3.899,00 por participante

Aproveite os valores promocionais por tempo limitado:

1º Lote – Desconto Especial

R\$ 3.299,00 por vaga

Válido para inscrições realizadas até 31/01/2026

2º Lote – Desconto Antecipado

R\$ 3.499,00 por vaga

Válido para inscrições realizadas até 28/02/2026

Garanta sua vaga com o melhor valor disponível e assegure sua participação no curso.

Formas de Pagamento

Empenho, Transferência Bancária, Pix e
Cartão de Crédito (consulte número de parcelas e valores)

O QUE VOCÊ RECEBE NESSE INVESTIMENTO

Participar deste curso não é apenas uma capacitação, é um passo estratégico para elevar sua atuação profissional em licitações. Por isso, preparamos uma experiência completa, incluindo:

- ✓ 03 Almoços
- ✓ 05 Coffee Breaks
- ✓ Livro de Leis atualizado (Autor Dr. Felipe Boselli)
- ✓ Brinde Exclusivo
- ✓ Pasta
- ✓ Apostila
- ✓ Bloco de Notas
- ✓ Caneta e Marca Texto
- ✓ Wi-Fi
- ✓ Serviço de Copa
- ✓ Certificado de Conclusão
- ✓ 30 dias de suporte por e-mail após o curso
- ✓ Sorteios Exclusivos durante o curso



EM BRANC

INSCRIÇÃO VIP

PACOTE COMPLETO COM HOSPEDAGEM INCLUSA

PACOTE COMPLETO EM QUARTO INDIVIDUAL

INVESTIMENTO R\$ 4.999,00 por pessoa

PACOTE COMPLETO EM QUARTO DUPLO

INVESTIMENTO R\$ 4.599,00 por pessoa

*Poderá escolher se hospedar
de 17/03 a 20/03 ou de 18/03 a 21/03*

Formas de Pagamento

Empenho, Transferência Bancária, Pix e
Cartão de Crédito (consulte número de parcelas e valores)

O QUE VOCÊ RECEBE NESSE INVESTIMENTO

Participar deste curso não é apenas uma capacitação, é um passo estratégico para elevar sua atuação profissional em licitações. Por isso, preparamos uma experiência completa, incluindo:

- ✓ 03 Diárias no Hotel Faial com café da manhã
- ✓ 03 Almoços
- ✓ 05 Coffee Breaks
- ✓ Livro de Leis atualizado (Autor Dr. Felipe Boselli)
- ✓ Brinde Exclusivo
- ✓ Pasta
- ✓ Apostila
- ✓ Bloco de Notas
- ✓ Caneta e Marca Texto
- ✓ Wi-Fi
- ✓ Serviço de Copa
- ✓ Certificado de Conclusão
- ✓ 30 dias de suporte por e-mail após o curso
- ✓ Sorteios Exclusivos durante o curso



EMBRANC

DADOS DA EMPRESA

INFORMAÇÕES EXPRESSAS DE LICITAÇÕES LTDA

CNPJ: 01.095.841/0001-92

ENDEREÇO: RUA JOSÉ MAYKOT, 177 – ESTREITO – FLORIANÓPOLIS/SC

TELEFONE: (48) 3224-8575

WHATSAPP: (48) 99958-2901

E-MAIL: MAURICIO@LICIEXPRESS.COM.BR

DADOS BANCÁRIOS

BANCO DO BRASIL

AGÊNCIA: 1386-2

CONTA CORRENTE: 234141-7

INFORMAÇÕES EXPRESSAS DE LICITAÇÕES LTDA

01.095.841/0001-92



EMBRANC

EMPRESAS E ÓRGÃOS QUE JÁ PARTICIPARAM DO NOSSO CURSO



EM BRANC

acompanhe

outras edições



CLIQUE AQUI

ENTRE EM CONTATO CONOSCO

TELEFONE: (48) 3224-8575

CELULAR/ WHATSAPP: (48) 999582901

INSTAGRAM: @LICIEXPRES

LICIEXPRESS



escaneie



Liciexpress



EM BRANC



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação

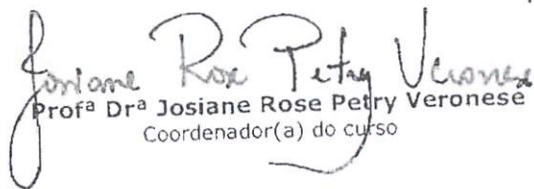
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

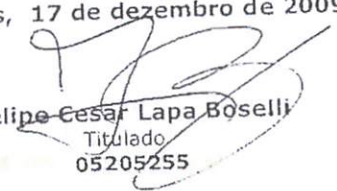
O Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do curso de Graduação em **Direito** na data de 17 de dezembro de 2009, confere o título de **Bacharel em Direito** a

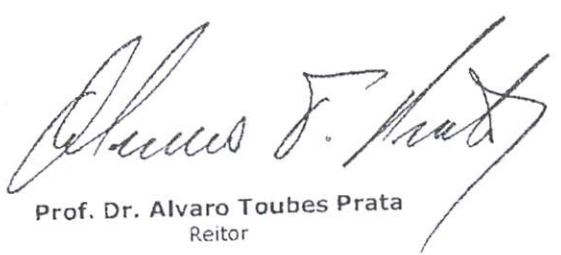
Felipe Cesar Lapa Boselli

de nacionalidade brasileira, natural do Estado de São Paulo, carteira de identidade com registro geral número 34.954.037.8/SP, nascido a 15 de fevereiro de 1986, outorgando-lhe o presente Diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Florianópolis, 17 de dezembro de 2009.


Profª Drª Josiane Rose Petry Veronese
Coordenador(a) do curso


Felipe Cesar Lapa Boselli
Titulado
05205255


Prof. Dr. Alvaro Toubes Prata
Reitor



EM BRANC

Matrícula: 5205255

Curso reconhecido pelo Decreto Federal 20334, de 07/01/1946, publicado no Diário Oficial da União de 01/02/1946

Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Departamento de Administração Escolar

DIPLOMA REGISTRADO nos termos da Lei nº 9394/96, Artigo 48 e Parágrafo 1º, de 20 de dezembro de 1996.

DADOS DO REGISTRO

Processo administrativo nº: 23080.039126/2009-73
Registro nº: 504 Livro: CCJ/0002 Folhas nº: 168

Florianópolis, 2 de fevereiro de 2010

Sullivan de Oliveira Costa

Sullivan de Oliveira Costa
Serviço de Expedição e de Registro de Diplomas
Matrícula: 29798

Sullivan de Oliveira Costa

Sullivan de Oliveira Costa
Serviço de Expedição e de Registro de Diplomas, chefe
Matrícula: 29798

Visto

Luiz Carlos Siridakis
Luiz Carlos Podestá
MÁSIS 024010

Diretor do Departamento de Administração Escolar, em exercício
Portaria número 461/GR/2008
Matrícula: 43693

Núcleo de Processamento de Dados



40799

EM BRANC



FACULDADE INTEGRADA DA GRANDE FORTALEZA

O Diretor Geral da FACULDADE INTEGRADA DA GRANDE FORTALEZA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista _____

de nacionalidade Brasileira natural de São Paulo - SP

nascido (a) em 15 de fevereiro de 1986, identidade nº 349540378 - SSP/SP

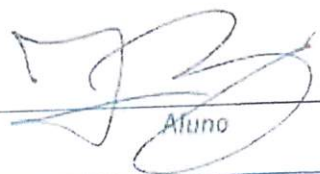
ter concluído, em 06 de dezembro de 2013, o Curso de _____

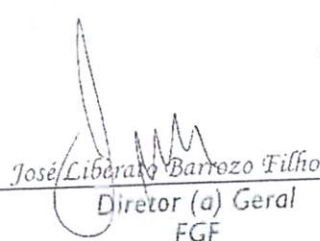
Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil

cumprido a carga horária de 420 horas outorga-lhe o presente Certificado

a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Fortaleza, 13 de janeiro de 2014


Afonso


José Liberato Barrozo Filho
Diretor (a) Geral
FGF


Paulo Roberto de Castro Nogueira
Coordenador (a) Geral
Nead/FGF



100

100

100

Em nome do Estado e em nome do povo do Estado de São Paulo

Constituinte

100

100

100

Em nome do Estado e em nome do povo do Estado de São Paulo

Constituinte

100

100

100

EM BRANCO

ESCRITÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO ESTADO DE SÃO PAULO





PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL
HISTÓRICO ESCOLAR

Período de Realização: 16 de junho de 2010 a 06 de dezembro de 2013

Carga Horária Total: 420 h/a

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	GRAU	PROFESSOR	TITULAÇÃO
METODOLOGIA DA PESQUISA E DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	40 h/a	10,0	DENISE MARIA DOS SANTOS PAULINELLI RAPOSO	MESTRE
TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL	40 h/a	9,80	MANOEL MAIA JOVITA	ESPECIALISTA
PROCESSO DE CONHECIMENTO I	40 h/a	7,00	DILMA CARVALHO DIAS NOGUEIRA	ESPECIALISTA
PROCESSO DE CONHECIMENTO II	40 h/a	8,20	MANOEL MAIA JOVITA	ESPECIALISTA
PROCESSO DE CONHECIMENTO III	40 h/a	8,60	MANOEL MAIA JOVITA	ESPECIALISTA
TUTELAS DE URGÊNCIA	40 h/a	9,80	DILMA CARVALHO DIAS NOGUEIRA	ESPECIALISTA
PROCESSO DE EXECUÇÃO E ASSUNTOS AFINS	40 h/a	8,40	MANOEL MAIA JOVITA	ESPECIALISTA
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE LEIS ESPECIAIS	40 h/a	7,90	DILMA CARVALHO DIAS NOGUEIRA	ESPECIALISTA
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DO CPC	40 h/a	8,60	MANOEL MAIA JOVITA	ESPECIALISTA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	60 h/a	10,0	VITOR FERNANDES GONÇALVES	DOUTOR

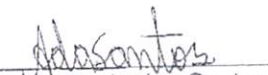
TÍTULO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA A OMISSÃO DO MAGISTRADO NA DECISÃO LIMINAR DE MANDADO DE SEGURANÇA NO ÂMBITO DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Processual Civil, foi realizado conforme as determinações da Resolução CES-CNE nº 01, de 08 de junho de 2007 e Portaria nº 328, de 1º de fevereiro de 2005.

A Faculdade Integrada da Grande Fortaleza é credenciada pelo MEC para educação à distância, conforme as Portarias nº 2.143, de 16 de julho de 2004, publicada no DOU 20/07/2004, seção 1, página 99 e nº 683, de 16 de março de 2006. A FGF está reconhecida pelo MEC, na conformidade do disposto na legislação em vigor e de acordo com a Portaria do MEC nº 1134, de 12 de setembro de 2012, publicada no DOU dia 13/09/2012, páginas 106 e 107.

Certificado registrado nesta Faculdade sob o ID 574a870dfed34ed58d133983e1967d8b.


Ada Maria dos Santos
Pedagoga – FGF

EMBRANC



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

A Pró-Reitora de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, certifica que

FELIPE CESAR LAPA BOSELLI

concluiu com aproveitamento
o curso de Pós-Graduação,
em nível de Especialização, em

**DIREITO PÚBLICO - CONSTITUCIONAL E
ADMINISTRATIVO**

Florianópolis, 3 de setembro de 2012


Prof Dr. ARNO DAL RI JUNIOR
Coordenador


Profª Drª. JOANA MARIA PEDRO
Pró-Reitora de Pós-Graduação

OFFICE OF THE
DIRECTOR OF THE
BUREAU OF THE
CENSUS

UNITED STATES DEPARTMENT OF
COMMERCE

WASHINGTON, D. C. 20543

ADMINISTRATIVE
DIRECTOR OF THE BUREAU OF THE CENSUS

EM BRANC

LETTER CASE FILE BOZZE

FOR THE BUREAU OF THE CENSUS
AND THE BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS

UNITED STATES DEPARTMENT OF COMMERCE



Universidade Federal de Santa Catarina - Criada pela Lei nº 3849 de 18 de dezembro de 1960.
Curso de Especialização em Direito Público - Constitucional e Administrativo
Aprovado pela Resolução: 039/CPG/2008 e 23/CPG/2011
Período do Curso: 15/10/2009 a 30/09/2011
Carga Horária: 390 (390 teóricas e 0 práticas)
Local: Universidade Federal de Santa Catarina



Aluno: **FELIPE CESAR LAPA BOSELLI**
Cédula de Identidade: 34.954.037-8 UF: SP
Data de Nascimento: 15/02/1986
Naturalidade: São Paulo/SP
Nacionalidade: Brasileira

Disciplina	Professor	Créditos	Conceito
Constituição e Controle Penal	DR. VERA REGINA PEREIRA DE ANDRADE	2 T	A
Constituição e Ordem Econômica	DR. ARNO DAL RI JUNIOR	2 T	A
Constituições Modernas e Contemporâneas	DR. ARNO DAL RI JUNIOR	2 T	B
Direito Processual Administrativo	DR. MARCOS WACHOWICZ	1 T	A
Direito Processual Constitucional	DR. PAULO MARCIO CRUZ	2 T	A
Fundamentos do Direito Administrativo	DR. AIRTON LISLE CERQUEIRA LEITE SEELAENDER	2 T	A
Fundamentos Políticos do Estado Brasileiro	DR. ANTONIO CARLOS WOLKMER	2 T	A
Garantia dos Administrados, Servidores Públicos e Poder de Polícia	DR. LUIZ HENRIQUE URQUHART CADEMARTORI	1 T	A
Metodologia da Pesquisa Jurídica	DR. ORIDES MEZZAROBÀ	3 T	A
Metodologia do Ensino em Direito	DR. THAIS LUZIA COLACO	2 T	A
Organização Administrativa e Controle Jurisdicional	DR. LUIZ HENRIQUE URQUHART CADEMARTORI	2 T	A
Procedimentos e Instrumentos Operacionais em Direito Administrativo	DR. SERGIO URQUHART DE CADEMARTORI	1 T	A
Processo Administrativo Tributário	DR. CARLOS ARAUJO LEONETTI	1 T	A
Sistema Constitucional Brasileiro	DR. ORIDES MEZZAROBÀ	1 T	A
Sistema Tributário Nacional	DR. UBALDO CESAR BALTHAZAR	2 T	A

Índice de Aproveitamento: 3.92

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):

A (IM)POSSIBILIDADE DE ADESAO À ATA POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DE LICITAÇÃO

A

Orientador: Dr. LUIZ HENRIQUE URQUHART CADEMARTORI

CURSO OFERECIDO DE ACORDO COM
A RESOLUÇÃO 01/CNE/2007.

Arno Dal Ri Junior
Visto: Coordenação do Curso

Universidade Federal de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Departamento de Administração Escolar

CERTIFICADO registrado sob nº 11
às fls. 4 do livro nº. LCCJ00001
processo nº. 23080.045851/2011-03
Florianópolis em 03/09/2012

Sulivan
SULIVAN DE OLIVEIRA COSTA
Chefe da DIERD - DAE/PREG

LUIZ CARLOS
LUIZ CARLOS PODESTA
Diretor do Departamento Administração Escolar
Delegação do Reitor PORT.461/GR/2008

Critério de Avaliação: A = Excelente (4,0), B = Bom (3,0), C = Regular (2,0), E = Insuficiente (0,0)

1 Crédito Teórico(T) = 15 horas/aula
1 Crédito Prático(P) = 45 horas/aula

200946641

Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação

EMBRANC



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNISEB

CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO CERTIFICADO

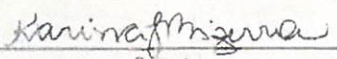
Certificamos que *FELIPE CESAR LAPA BOSELLI*

concluiu o Curso de *LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS*

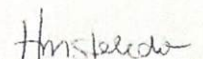
realizado no período de 26 de *NOVEMBRO* de 2010 a 10 de *DEZEMBRO* de 2014

com carga horária total de 420 horas.

Ribeirão Preto - SP, 29 de *JUNHO* de 2016


Reitora

 **Estácio UNISEB**


Coordenador(a)



EM BRANC

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNISEB

Credenciado pela Portaria MEC Nº 2969 , de 29/08/2005 , publicada no D.O.U. de 30/05/2005 ,
aditado pela Portaria MEC 294/2013 de 08/07/2013. O Curso foi realizado em Cumprimento ao
Disposto na Resolução Nº 1 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de
Educação, Publicada no D.O.U. em 08/06/2007.

REITORA : KARINA PRADO FRANCHINI BIZERRA

Certificado registrado sob o nº 8287 ,
No livro 25-B , Folha 48V em
29/06/2016


CLAUDIA ISSA
SECRETÁRIA GERAL



92-0100 (b) (7) - (b) (7)(D)

On 10/10/92, the FBI received information from the New York City Police Department (NYCPD) regarding a possible connection between the NYCPD and the FBI. The NYCPD is currently investigating a case involving a possible connection between the NYCPD and the FBI. The NYCPD is currently investigating a case involving a possible connection between the NYCPD and the FBI.

EMBRANC

10/10/92 10:00 AM
NYCPD
FBI

10/10/92 10:00 AM
NYCPD
FBI



Estácio HISTÓRICO ESCOLAR

PÓS – GRADUAÇÃO LATO SENSU



Aluno: 86706 – FELIPE CESAR LAPA BOSELLI

Curso: ESPECIALIZAÇÃO EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Campus: POLO FLORIANOPOLIS / SC

Duração: 26.11.2010 a 10.12.2014

Total de Horas Curso: 420

Total de Horas Cumpridas: 420

Disciplinas e Docentes	Média Final	Carga Horária
MÓDULO TUTORIAL: NIVELAMENTO EM EAD DJENANE WAGNER - MESTRADO LUIS CLÁUDIO DALLIER SALDANHA – DOUTORADO	10	40
DIREITO CONSTITUCIONAL LEANDRO AUGUSTO BORTOLETO - MESTRADO	7,5	40
PARCERIA PÚBLICO PRIVADA LUCAS DE SOUZA LEHFELD - DOUTORADO	8	40
LICITAÇÕES HÉLIO NAVARRO - ESPECIALISTA	9,5	40
DIREITO ADMINISTRATIVO ALAN MARTINS - MESTRADO	8,5	40
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS GIOVANNI COMODARO FERREIRA - MESTRADO	8	40
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO GUSTAVO HENRIQUE SCHNEIDER NUNES – MESTRADO	9	40
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO HÉLIO NAVARRO – ESPECIALISTA	10	40
DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR MARÍLIA GODINHO HOKAMA – MESTRADO MARINA CAPRIO – DOUTORADO ALESSANDRA APARECIDA DE FREITAS – MESTRADO GABRIELA MAFFEI MOREIRA MALAGOLI – MESTRADO	10	40
METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA CLÁUDIA REGINA BENEDETTI – MESTRADO	10	30
TRABALHOS ACADEMICOS HÉLCIO DE PÁDUA LANZONI - DOUTORADO	10	30
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO CAROLINE PETIAN PIMENTA BONO ROSA – MESTRADO	9,5	--

EMBRANC

HISTÓRICO ESCOLAR

PÓS – GRADUAÇÃO LATO SENSU



Forma de Avaliação: A avaliação do aproveitamento será expressa em graus, variando numa escala de zero a dez. O aluno para ser aprovado deverá alcançar média final de aproveitamento não inferior a seis em cada disciplina e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) no Curso em processo formal de avaliação.

Observação: O Curso foi realizado em cumprimento ao disposto na Resolução n.º 1/2007 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, Publicada no D.O.U. em 08/06/2007. Credenciada pela portaria n.º. 2.969, de 29/08/2005, publicada no D.O.U. de 30/08/2005 aditado pela Portaria MEC 294/2013 de 08/07/2013.

TEMA: AS AMOSTRAS DE PRODUTOS NAS LICITAÇÕES E SUA APLICABILIDADE.

Ribeirão Preto - SP, 29 de junho de 2016.

Cláudia Issa
Secretária Geral

EMBRANC

1930-1935

1930-1935

9º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA

CNPJ nº 01.095.841/0001-92



JUAN TIAGO ALBARELLOS, nacionalidade brasileira, nascido em 14/09/1988, solteiro, empresário, CPF nº 073.827.139-03, carteira de identidade nº 3089678, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado na rua José Maykot, 177, estreito, Florianópolis, SC, CEP 88090410, Brasil.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42202139268, com sede Rua Jose Maykot, 177, Estreito Florianópolis, SC, CEP 88090410, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 01.095.841/0001-92, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

QUADRO SOCIETÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA. MAURICIO DOS SANTOS AUGUSTO admitido neste ato, nacionalidade Brasileira, nascido em 10/03/1982, Casado em Comunhão Parcial De Bens, Empresário, CPF nº 091.774.607-40, Carteira Nacional De Habilitação nº 01986289345, órgão expedidor DETRAN - SC, residente e domiciliado na Rua João Nilo Morfim, 25, APT 206, Nossa Senhora Do Rosário, São José, SC, CEP 88110687, Brasil.

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

CLÁUSULA SEGUNDA. O sócio JUAN TIAGO ALBARELLOS transfere suas quotas de capital social, que perfaz o valor total de R\$10,00 (Dez Reais), direta e irrestritamente ao sócio MAURICIO DOS SANTOS AUGUSTO, da seguinte forma: VENDE E TRANSFERE, dando plena, geral e irrevogável quitação.

Após a cessão e transferência de quotas, e admissão de sócio, fica assim distribuído:

JUAN TIAGO ALBARELLOS, com 990(Novecentos e Noventa) quotas, perfazendo um total de R\$ 990,00 (Novecentos E Noventa Reais)

MAURICIO DOS SANTOS AUGUSTO, com 10(Dez) quotas, perfazendo um total de R\$ 10,00 (Dez Reais)

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA. A administração da sociedade caberá ISOLADAMENTE ao Sócio JUAN TIAGO ALBARELLOS com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA QUARTA. O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o

Req: 81300000278450

Página 1



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 13/02/2023 Data dos Efeitos 10/02/2023

Arquivamento 20231398808 Protocolo 231398808 de 10/02/2023 NIRE 42202139268

Nome da empresa INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 91145556535747

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício



13/02/2023



EMBRANC

9º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA

CNPJ nº 01.095.841/0001-92

sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA QUINTA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em FLORIANÓPOLIS, SC..

CLÁUSULA SEXTA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes

Cláusula Primeira: A sociedade usará o nome empresarial **INFORMAÇÕES EXPRESSAS DE LICITAÇÕES LTDA.**

Parágrafo Único: A empresa terá como título do estabelecimento a expressão “LICIEXPRESS”.

Cláusula Segunda: A sociedade terá sua sede social localizada na Rua José Maykot, 177, Estreito, Florianópolis, SC, CEP 88.090-410, Brasil .

Cláusula Terceira: A sociedade poderá abrir filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional ou exterior, bem como participar de outras sociedades afins ou não.

Cláusula Quarta: A sociedade terá como objeto social à exploração do ramo de clipagem de informações e licitações para empresas; treinamento e palestras gerenciais; serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.

Cláusula Quinta: A Sociedade limitada tem prazo de duração por tempo indeterminado, e iniciou suas atividades 01 de março de 1996.

Cláusula Sexta: O capital social de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) dividido em 1.000 quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, já subscritas e integralizadas em ato anterior, e em moeda corrente nacional, distribuída seguinte forma:

N. Ordem	Sócios	Quotas	Valores
1	JUAN TIAGO ALBARELLOS	990	R\$ 990,00
2	MAURICIO DOS SANTOS AUGUSTO	10	R\$ 10,00
Totais		1.000	R\$ 1.000,00

Parágrafo Único: O capital social está totalmente integralizado nesta data, em moeda corrente nacional.

Cláusula Sétima: As quotas do capital são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser transferidas, alienadas, caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer

Req: 81300000278450

Página 2



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 13/02/2023 Data dos Efeitos 10/02/2023

Arquivamento 20231398808 Protocolo 231398808 de 10/02/2023 NIRE 42202139268

Nome da empresa INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 91145556535747

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

13/02/2023

EM BRANC

9º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE INFORMACOES EXPRESSAS DE
LICITACOES LTDA
CNPJ nº 01.095.841/0001-92



título, a terceiros, sem o consentimento expresso dos sócios que representam a maioria absoluta do capital social, assegurando o direito de preferência aos demais sócios, em igualdade de condições.

Cláusula Oitava: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas respectivas quotas, apenas respondendo solidariamente pela integralização do capital.

Cláusula Nona: A administração da sociedade caberá ISOLADAMENTE ao Sócio JUAN TIAGO ALBARELLOS com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

Parágrafo Primeiro: Fica expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social.

Parágrafo Segundo: A título de PRÓ-LABORE faculta ao administrador retirar mensalmente uma quantia, cujo valor será fixado de comum acordo entre os sócios.

Cláusula Décima: O exercício social terminará 31 de dezembro, ao término do qual será apurado o inventário físico e monetário dos bens, direitos e obrigações.

Parágrafo Primeiro: Em reunião anual de sócios, quando não dispensada pela legislação vigente, será decidido o destino dos resultados do exercício, a participação nos lucros, bem como a constituição de reservas de lucros e a sua reversão.

Parágrafo Segundo: O lucro líquido, apurado em balanço anual ou mensal, poderá ser distribuído ou não, a critério dos sócios e da situação financeira e patrimonial da sociedade. Em havendo a distribuição, os lucros disponíveis, após a constituição de reservas e participações, poderão ser partilhados entre os sócios de forma, inclusive, em percentual diverso da participação do capital social ou, a critério dos mesmos, ser aplicados em reservas na sociedade para futuro aumento de capital.

Parágrafo Terceiro: Se o resultado do exercício apresentar prejuízo, este será compensado com lucros acumulados de exercícios anteriores, com reserva de lucros, e nesta ordem. O saldo de prejuízo que porventura remanescer será mantido em conta de prejuízos acumulados para compensação com lucros de exercícios seguintes. No caso de inexistência de lucros suficientes para absorção total do prejuízo, este será suportado pelos sócios na proporção de suas participações no capital social.

Parágrafo Quarto: É permitida a distribuição antecipada dos lucros de exercício, observadas as disponibilidades financeiras da sociedade e a obrigatoriedade de reposição dos lucros quando a distribuição antecipada afetar o Capital Social, de acordo com o artigo 1059 da Lei nº 10.406/2002.

Cláusula Décima Primeira: A reunião da sociedade poderá ser convocada por qualquer dos sócios, conforme as normas estabelecidas na legislação pertinente, mediante a expedição de carta convocatória, com local, data, hora e a ordem do dia da reunião, para o endereço dos sócios, para esse fim.

Req: 81300000278450

Página 3



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

13/02/2023

Certifico o Registro em 13/02/2023 Data dos Efeitos 10/02/2023

Arquivamento 20231398808 Protocolo 231398808 de 10/02/2023 NIRE 42202139268

Nome da empresa INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 91145556535747

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício



EMBRANC

9º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE INFORMACOES EXPRESSAS DE
LICITACOES LTDA

CNPJ nº 01.095.841/0001-92



Parágrafo Primeiro: Ficam dispensadas as formalidades de convocação para reunião previstas no § 3º do art. 1.152 do Código Civil, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Segundo: Torna-se dispensável a reunião por determinação legal ou quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto de deliberação.

Parágrafo Terceiro: Porém, em sendo necessária a realização de reunião, as deliberações sociais, nas quais cada quota do capital social corresponderá a um voto, serão tomadas mediante quorum de instalação que será a maioria absoluta do capital social, quorum este que também se aplica a nomeação do administrador, porém, para a alienação do estabelecimento comercial, cisão, fusão, transformação, liquidação ou dissolução o quorum deliberativo será, então, de três quartos dos votos dos quotistas.

Cláusula Décima Segunda: O falecimento, retirada, interdição ou inabilitação de um dos sócios não acarretará a dissolução da sociedade, que continuará com o sócio remanescente ou herdeiros do sócio falecido. Caso o(s) herdeiro(s) do sócio falecido não pretenda(m) integrar-se a Sociedade, então, caberá ao(s) sócio(s) remanescente(s) providenciar(em) a produção de balanço especial e apuração do patrimônio líquido para pagamento dos haveres do sócio falecido, conforme o disposto na Cláusula Décima Quinta.

Cláusula Décima Terceira: O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

Cláusula Décima Quarta: Os sócios poderão retirar-se da sociedade, pela vontade unilateral, a qualquer tempo, por dissidência em relação à alteração contratual deliberada pela maioria, ou outros fatores estranhos à alteração contratual.

Parágrafo Único: O sócio dissidente de qualquer decisão majoritária, poderá exercer o direito de retirar-se da sociedade, manifestando a sua intenção à sociedade e aos outros sócios, por escrito mediante protocolo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da deliberação que discordou, sendo os seus haveres apurados e pagos na forma da Cláusula seguinte.

Cláusula Décima Quinta: Os haveres dos sócios retirantes serão pagos mediante a elaboração de balanço especialmente levantado onde o valor da sua quota será considerado pelo montante efetivamente realizado, liquidando-a com base na situação patrimonial da sociedade à data da resolução.

Parágrafo Primeiro: A quota liquidada será paga em dinheiro, com carência de noventa dias, em uma parcela se o montante for de 5% do capital social ou em até doze meses, se superior, em prestações mensais, iguais e sucessivas, atualizadas por índice de correção monetária nacional acrescida de juros remuneratórios de 0,5% ao mês, calculados de forma simples, procedendo-se a redução de capital social e suas respectivas reservas.

Parágrafo Segundo: No prazo de 30 (trinta) dias, será levantado o balanço especial da sociedade previsto no "caput" desta cláusula, cuja data-base é a da ocorrência do referido evento. Considera-se como data do

Req: 81300000278450

Página 4



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

13/02/2023

Certifico o Registro em 13/02/2023 Data dos Efeitos 10/02/2023

Arquivamento 20231398808 Protocolo 231398808 de 10/02/2023 NIRE 42202139268

Nome da empresa INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucecsc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 91145556535747

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício



EMBRANC

9º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE INFORMACOES EXPRESSAS DE
LICITACOES LTDA

CNPJ nº 01.095.841/0001-92

evento: a) a data da notificação feita por sócio dissidente de alteração contratual; b) a data de requerimento do sócio retirante voluntário pelo fim da afeição societária.



Parágrafo Terceiro: O Balanço especial de que trata esta cláusula será elaborado por profissional devidamente habilitado.

Cláusula Décima Sexta: Dependem de deliberação e concordância dos sócios: a) A aprovação das contas da administração; b) a exclusão ou retirada de um dos sócios por pedido do sócio; c) a designação dos administradores em ato separado, não sócio ou administrador sócio; d) a destituição dos administradores; e) o modo e o valor da remuneração dos administradores; f) a participação dos administradores e dos empregados nos lucros; g) a modificação do contrato social; h) a transformação da sociedade, ou a fusão, cisão ou incorporação, resolução, dissolução e liquidação da sociedade empresarial; i) a nomeação ou destituição de liquidantes e o julgamento de suas contas; j) recuperação judicial; k) investimento em outras empresas, coligadas ou controladas; l) aumento de capital com bens ou moeda corrente; m) aprovação de laudo de reavaliação a valor venal de bens ou direitos do ativo permanente.

Cláusula Décima Sétima: A sociedade por deliberação da reunião dos sócios poderá: a) transformar-se em outro tipo social; b) incorporar outra sociedade ou ser incorporada; c) fundir-se com outra sociedade; d) cindir-se total ou parcialmente, vertendo seu patrimônio em outras sociedades, extinguindo-se caso a versão for total ou absorver patrimônio de sociedade cindida.

Parágrafo Único: Para tanto é necessário a aprovação de três quartos dos quotistas presentes na reunião, instalada nos moldes do art. 1074 e seguintes do Código Civil, bem como a elaboração de laudo de avaliação por profissional habilitado, que será nomeado na reunião, e que deverá observar os critérios do balanço especial, constantes da Cláusula Décima Quinta, protocolo e justificativas elaboradas nos moldes da lei.

Cláusula Décima Oitava: A sociedade entrará em dissolução, seguida de liquidação e partilha, nas hipóteses previstas no Art. 1.033 CC.

Parágrafo Único: Em todas as hipóteses de dissolução, a reunião, por maioria societária, deverá eleger o liquidante, observados os termos do art. 1102 e seguintes do Código Civil Brasileiro, arbitrando os seus honorários e fixando data de encerramento do processo liquidatário.

Cláusula Décima Nona: Os sócios subscritores das quotas do capital social declaram, para todos os efeitos legais, que não estão impedidos, nos termos da lei, de exercer os atos empresariais, em virtude de condenação criminal ou qualquer tipo de impedimento legal inclusive incapacidade superveniente, encontrando-se em pleno exercício de seus direitos civis, inclusive de personalidade.

Cláusula Vigésima: Os endereços dos sócios, constantes do Contrato Social, serão válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos e etc., relativos a atos societários de seu interesse.

Parágrafo Único: A responsabilidade quanto à informação oportuna de alterações desses endereços é exclusiva dos sócios, que deverão fazê-la por escrito.

Cláusula Vigésima Primeira: Declara, sob as penas da lei, que se enquadra na condição de MICRO EMPRESA - ME nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006

Req: 81300000278450

Página 5



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 13/02/2023 Data dos Efeitos 10/02/2023

Arquivamento 20231398808 Protocolo 231398808 de 10/02/2023 NIRE 42202139268

Nome da empresa INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 91145556535747

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

13/02/2023



EMBRANC

9º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE INFORMACOES EXPRESSAS DE
LICITACOES LTDA

CNPJ nº 01.095.841/0001-92



Cláusula Vigésima Segunda: Fica eleito o foro da comarca de FLORIANÓPOLIS, SC., para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Cláusula Vigésima Terceira: As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas e não reguladas pelo presente contrato serão supridas ou resolvidas com base nas disposições do Código Civil Brasileiro, Lei n. 10406 de 10 de janeiro de 2002, supletivamente pela lei das sociedades anônimas e pela legislação pertinente em vigor.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

FLORIANÓPOLIS, 4 de fevereiro de 2023.

JUAN TIAGO ALBARELLOS

MAURICIO DOS SANTOS AUGUSTO

Req: 81300000278450

Página 6



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 13/02/2023 Data dos Efeitos 10/02/2023

Arquivamento 20231398808 Protocolo 231398808 de 10/02/2023 NIRE 42202139268

Nome da empresa INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 91145556535747

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

13/02/2023

EMBRANC



JUCESC
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA



231398808



TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA
PROTOCOLO	231398808 - 10/02/2023
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42202139268
CNPJ 01.095.841/0001-92
CERTIFICO O REGISTRO EM 13/02/2023
SOB N: 20231398808

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20231398808

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 07382713903 - JUAN TIAGO ALBARELLOS - Assinado em 10/02/2023 às 14:08:37

Cpf: 09177460740 - MAURICIO DOS SANTOS AUGUSTO - Assinado em 10/02/2023 às 14:08:37



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 13/02/2023 Data dos Efeitos 10/02/2023

Arquivamento 20231398808 Protocolo 231398808 de 10/02/2023 NIRE 42202139268

Nome da empresa INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 9114555635747

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/02/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

13/02/2023

... ..
... ..
... ..
... ..
... ..

EMBRANCO

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..



Prezado cliente,



Segue a **Alvará de Funcionamento** para conhecimento.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,
Setor societário.

© 2013 EM BRAND. ALL RIGHTS RESERVED. EM BRAND IS A REGISTERED TRADEMARK OF EM BRAND. EM BRAND IS A REGISTERED TRADEMARK OF EM BRAND.

EM BRAND

© 2013 EM BRAND. ALL RIGHTS RESERVED. EM BRAND IS A REGISTERED TRADEMARK OF EM BRAND. EM BRAND IS A REGISTERED TRADEMARK OF EM BRAND.

© 2013 EM BRAND. ALL RIGHTS RESERVED. EM BRAND IS A REGISTERED TRADEMARK OF EM BRAND. EM BRAND IS A REGISTERED TRADEMARK OF EM BRAND.

© 2013 EM BRAND. ALL RIGHTS RESERVED. EM BRAND IS A REGISTERED TRADEMARK OF EM BRAND. EM BRAND IS A REGISTERED TRADEMARK OF EM BRAND.

INNOVATION

© 2013 EM BRAND. ALL RIGHTS RESERVED. EM BRAND IS A REGISTERED TRADEMARK OF EM BRAND. EM BRAND IS A REGISTERED TRADEMARK OF EM BRAND.

**Alvará de Licença para Localização e/ou Funcionamento**

Autorizamos o Contribuinte abaixo caracterizado a exercer nesta cidade a(s) atividade(s) abaixo relacionadas.

Nome / Razão Social
INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA - LICIEXPRESS

CPF/CNPJ
01.095.841/0001-92

Endereço
Rua JOSE MAYKOT, 177 - Compl. ***** - Bairro Estreito - Cidade Florianópolis - CEP: 88090410

MODALIDADE
Sem Estabelecimento

Atividades
Atividade Principal
6399200 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente
Atividades Secundárias
8599604 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
8230001 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

CMC	Processo Lanç.	Data Registro	Válido por	Data Início Ativ.
934356		16/01/2026	2026	28/04/1997

Horário de funcionamento
Padrão para Não Estabelecido

1. Por determinação da secretaria da fazenda, não é mais necessário o pagamento da respectiva Taxa de Expediente
2. O licenciado se sujeita às leis fiscais desta municipalidade inclusive a sustentação do presente alvará.
3. Lei ordinária 1224/1974 - Art.137 - Para efeito de fiscalização, o alvará de licença deverá ser conservado em lugar visível no estabelecimento.

Florianópolis, 16 de Janeiro de 2026

Superintendência de Serviços Públicos

EM BRANC



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.095.841/0001-92 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 18/03/1996	
NOME EMPRESARIAL INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LICIEXPRESS				PORTE EPP	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente (Dispensada *)					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (Dispensada *) 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (Dispensada *)					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada					
LOGRADOURO R JOSE MAYKOT		NÚMERO 177		COMPLEMENTO *****	
CEP 88.090-410	BAIRRO/DISTRITO ESTREITO		MUNICÍPIO FLORIANOPOLIS		UF SC
ENDEREÇO ELETRÔNICO JTALBARELLOS@GMAIL.COM		TELEFONE (48) 9633-3687			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 04/02/2026 às 13:45:01 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

ATESTO A VERACIDADE DESTE
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA VIA INTERNET

Handwritten notes in the top right corner, possibly a date and time.

Handwritten text at the top of the page, possibly a header or title.

Handwritten text in the middle section of the page.

Handwritten text in the lower middle section of the page.

EM BRANC

Handwritten text in the lower section of the page.

Handwritten text in the bottom section of the page.

Handwritten text at the bottom of the page.

Handwritten text at the bottom of the page.

Handwritten text at the bottom of the page.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA**

CNPJ/CPF: **01.095.841/0001-92**

(Solicitante sem inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS/SC)

Esta certidão é válida para o número do CPF ou CNPJ informado pelo solicitante, que não consta da base de dados da Secretaria de Estado da Fazenda.

O nome e o CPF ou CNPJ informados pelo solicitante devem ser conferidos com a documentação pessoal do portador.

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal: Lei nº 3938/66, Art. 154

Número da certidão: 260140016638700

Data de emissão: 12/01/2026 13:33:06

Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158): 11/07/2026

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço:
<http://www.sef.sc.gov.br>

ATESTO A VERACIDADE DEST
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA VIA INTERNET

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 16/01/2026 15:21:34



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social _____

INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA CNPJ: 01095841000192

Aviso _____

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à _____

Finalidade _____

Mensagem _____

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

ATESTO A VERACIDADE DEST
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA VIA INTERNET

Código de Controle _____

CWHRP2TDRKTUZIP71

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Florianópolis (SC), 16 de Janeiro de 2026

EMBRANC



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 01.095.841/0001-92

Certidão nº: 3713820/2026

Expedição: 16/01/2026, às 15:20:51

Validade: 15/07/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **01.095.841/0001-92**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

ATESTO A VERACIDADE DESTA
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA VIA INTERNET

EMBRANC



CERTIDÃO RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA Nº: 5773558
Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL** contra:

NOME: INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA

Raiz do CNPJ: 01.095.841

País endereço da sede : BRASIL

Estado endereço da sede : SANTA CATARINA

Município endereço da sede : FLORIANOPOLIS

Endereço da sede : RUA JOSE MAYKOT, ESTREITO, 177, 88090410

Certidão emitida às 15:27 de 16/01/2026.

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.

b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.

ATESTO A VERACIDADE DESTA
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA VIA INTERNET



A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias, contados da emissão do documento, no endereço <https://certidoes.tjsc.jus.br/download> - Solicitado por: Mauricio dos Santos Augusto - CPF:

***.774.607-**  Ouro

EM BRANC(



Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração



CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede) 42202139268	CNPJ 01.095.841/0001-92	Arquivamento do ato Constitutivo 29/02/1996	Início da atividade 01/03/1996
Endereço: RUA JOSE MAYKOT, 177, ESTREITO, FLORIANÓPOLIS, SC - CEP: 88090410			
OBJETO SOCIAL			
CLIPAGEM DE INFORMAÇÕES E LICITAÇÕES PARA EMPRESAS; TREINAMENTO E PALESTRAS GERENCIAIS; SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS.			
CAPITAL SOCIAL		PORTE	PRAZO DE DURAÇÃO
R\$ 1.000,00 MIL REAIS R\$ Capital integralizado: 1.000,00 MIL REAIS		Empresa de pequeno porte	XXXXXX
QUADRO SOCIOS E ADMINISTRADORES			
Nome/CPF	Participação R\$	Cond./Administrador	Término do mandato
JUAN TIAGO ALBARELLOS 073.827.139-03	990,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
JUAN TIAGO ALBARELLOS 073.827.139-03	0,00	ADMINISTRADOR	XX/XX/XXXX
MAURICIO DOS SANTOS AUGUSTO 091.774.607-40	10,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
ÚLTIMO ARQUIVAMENTO		SITUAÇÃO	STATUS
Data 29/06/2023	Número 20239136527	REGISTRO ATIVO	SEM STATUS
Ato: 307 - REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO EMPRESA D			
Evento: 307 - REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE			
FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA			
NIRE: XXXXXX CNPJ: XXXXXX			
Endereço: XXXXXX			
Observação			

259055751

ATESTO A VERACIDADE DEST
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA VIA INTERNET

página: 1/2

A AUTENTICIDADE DESSE DOCUMENTO PODE SER VERIFICADA EM <https://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>
CONTROLE: 10184503134546 EMITIDA: 26/02/2025 PROTOCOLO: 259055751

EM BRANC



Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL



Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42202139268	01.095.841/0001-92	29/02/1996	01/03/1996
Endereço: RUA JOSE MAYKOT, 177, ESTREITO, FLORIANÓPOLIS, SC - CEP: 88090410			

FLORIANOPOLIS - SC, 26 de Fevereiro de 2025

ASSINADA ELETRONICAMENTE POR

LUCIANO LEITE KOWALSKI
SECRETARIO-GERAL

ATESTO A VERACIDADE DESSE
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA VIA INTERNET

259055751

página: 2/2

A AUTENTICIDADE DESSE DOCUMENTO PODE SER VERIFICADA EM <https://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>
CONTROLE: 10184503134546 EMITIDA: 26/02/2025 PROTOCOLO: 259055751

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS

1997

1997

1997

EMBRANC

1997

1997

1997



1997

1997



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 01.095.841/0001-92
Razão Social: INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA
Endereço: R JOSE MAYKOT 177 / CANTO / FLORIANOPOLIS / SC / 88090-410

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/02/2026 a 19/03/2026

Certificação Número: 2026021818150091279110

Informação obtida em 25/02/2026 16:03:59

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

ATESTO A VERACIDADE DEST
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA VIA INTERNET

100-100000
100-100000
100-100000

100-100000
100-100000
100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000
100-100000
100-100000

100-100000
100-100000
100-100000

100-100000
100-100000
100-100000

100-100000
100-100000

100-100000

100-100000

100-100000



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA**

CNPJ/CPF: **01.095.841/0001-92**

(Solicitante sem inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS/SC)

Esta certidão é válida para o número do CPF ou CNPJ informado pelo solicitante, que não consta da base de dados da Secretaria de Estado da Fazenda.

O nome e o CPF ou CNPJ informados pelo solicitante devem ser conferidos com a documentação pessoal do portador.

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal: **Lei nº 3938/66, Art. 154**

Número da certidão: **260140016638700**

Data de emissão: **12/01/2026 13:33:06**

Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158): **11/07/2026**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>

ATESTO A VERACIDADE DESTA
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA VIA INTERNET

EM BRANC

EM BRANC is a leading provider of construction services, specializing in the design and construction of commercial and industrial buildings. The company has a long history of excellence and a commitment to providing high-quality services to its clients.

EM BRANC is a leading provider of construction services, specializing in the design and construction of commercial and industrial buildings. The company has a long history of excellence and a commitment to providing high-quality services to its clients.

EM BRANC is a leading provider of construction services, specializing in the design and construction of commercial and industrial buildings. The company has a long history of excellence and a commitment to providing high-quality services to its clients.

EM BRANC is a leading provider of construction services, specializing in the design and construction of commercial and industrial buildings. The company has a long history of excellence and a commitment to providing high-quality services to its clients.

EM BRANC is a leading provider of construction services, specializing in the design and construction of commercial and industrial buildings. The company has a long history of excellence and a commitment to providing high-quality services to its clients.

EM BRANC is a leading provider of construction services, specializing in the design and construction of commercial and industrial buildings.



ANEXO IV

DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE
DO INCISO XI DO ART. 4º

(Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 30 de janeiro de 2012)
(Vide art. 3º da IN RFB nº 1.234/2012)

A **Informações Expressas de Licitações Ltda.** com sede **Rua: José Maykot, 177, bairro Estreito, Florianópolis - SC** inscrita no CNPJ sob o Nº **01.095.841/0001-92** DECLARA para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Florianópolis, 16 de janeiro de 2026.

JUAN TIAGO
ALBARELLOS:073827
13903

Assinado de forma digital por
JUAN TIAGO
ALBARELLOS:07382713903
Dados: 2026.01.16 15:44:24
-03'00'

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

13002
UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

EM BRANC

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

Data da consulta: 16/01/2026 15:30:34

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **01.095.841/0001-92**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA**



Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 01/01/2014**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

[+ Mais informações](#)

[Voltar](#)

[Gerar PDF](#)

EMBRANC



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA
CNPJ: 01.095.841/0001-92

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:19:17 do dia 16/01/2026 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/07/2026.

Código de controle da certidão: **E4DC.7F8A.CE7D.085B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ATESTO A VERACIDADE DO
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA VIA INTERNET



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2503386344

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2º NOME E SOBRENOME
JUAN TIAGO ALBARELLOS

1ª HABILITAÇÃO
05/11/2007



7 ASSINATURA DO PORTADOR

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
14/09/1988, FLORIANOPOLIS, SC

4a DATA EMISSÃO **06/02/2023** 6a VALIDADE **05/02/2033** ACC **D**

4c DOC IDENTIFICAÇÃO / CÓD. EMISSOR / UF
3089678 SSP SC

4d CPF **073.827.139-03** 5 Nº REGISTRO **04222945718** 9 CAC HAB **B**

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
JUAN JOSE ALBARELLOS

ZELIA JENNI ALBARELLOS

	9	10	11	12
ACC				
A				
AT				
B			05/02/2033	
BT				
C				
CT				

	9	10	11	12
D				
DT				
DE				
CE				
CYE				
DE				
DYE				

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL
FLORIANOPOLIS, SC

ASSINADO DIGITALMENTE

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

8558531468

SC183539095

SANTA CATARINA

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

ATESTO A VERACIDADE DEST
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA VIA INTERNET

I<BRA042229457<184<<<<<<<<<<
8809140M3302059BRA<<<<<<<<<<8
JUAN<<TIAGO<ALBARELLOS<<<<<<<

EM BRANC





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO



CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2º NOME E SOBRENOME
JUAN TIAGO ALBARELLOS

1ª HABILITAÇÃO
05/01/2007

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
14/09/1988, FLORIANÓPOLIS, SC

4a DATA EMISSÃO
06/02/2023

6a PLACAR
ACC

D

4b DATA EXPIRAÇÃO
05/02/2033

4c DOC IDENTIFICADOR / ORG EMISSOR / UF
3089678 SSP SC

4d CPF
073.827.139-03

5 Nº REGISTRO
04222945718

3 CATEGORIA
B

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FISSURA
JUAN JOSE ALBARELLOS

ZELIA JENNI ALBARELLOS

7 ASSINATURA DO TITULAR

8 ASSINATURA DO PORTADOR

9 ASSINATURA DO TITULAR

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

2 e 1c. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Matriculação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data de Local de Nascimento / Date and Place of Birth / DATUMMÄTTA / Fecha de lugar de nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date / DATUMMÄTTA / Fecha de Emisión do Documento / Expiration Date / DOWENDETTA / Validity Date – 5a. Categoria de Habilitação / Driving Category / Categoría de Conducir – 6a. Data de validade / Expiration Date / DOWENDETTA / Validity Date – 7a. Número de Registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 8a. Categoria de Habilitação da Carteira de Habilitação / Driver License Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – 9a. Filiação / Affiliation / 10. Observações / Observations / Observaciones – Local / Place / Lugar

I<BRA04229457<184<<<<<<<<<<
8809140M3302059BRA<<<<<<<<<<8
JUAN<<TIAGO<ALBARELLOS<<<<<<<

EM BRANC



UP-CODE

ANEXO IV

DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE
DO INCISO XI DO ART. 4º

(Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 30 de janeiro de 2012)
(Vide art. 3º da IN RFB nº 1.234/2012)

A Informações Expressas de Licitações Ltda. com sede **Rua: José Maykot, 177, bairro Estreito, Florianópolis - SC** inscrita no CNPJ sob o Nº **01.095.841/0001-92** DECLARA para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Florianópolis, 16 de janeiro de 2026.

JUAN TIAGO
ALBARELLOS:073827
13903

Assinado de forma digital por
JUAN TIAGO
ALBARELLOS:07382713903
Dados: 2026.01.16 15:44:24
-03'00'

1300
GOVERNMENT

GOVERNMENT
1300

EM BRANC



DECLARAÇÃO UNIFICADA

Eu, **Juan Tiago Albarelllos**, inscrito no CPF sob o nº **073.827.139-03** e no CNPJ sob o nº **01.095.841/0001-92**, representante legal da empresa **Informações Expressas de Licitacoes Ltda**, com sede à **Rua José Maykot, 177, Estreito, Florianópolis-SC**, DECLARO, para os devidos fins, que:

1 - Declaro que esta empresa não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme o disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

2 - Declaro que não sou servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, bem como que não possuo em meu quadro de pessoal qualquer servidor público.

3 - Declaro que não há, contra mim ou contra a empresa que represento, qualquer fato impeditivo para a habilitação em processos licitatórios, estando apto a participar regularmente de certames públicos.

4 - Declaro que nem eu nem esta empresa fomos declarados inidôneos por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, em qualquer esfera de governo.

5 - Declaro que esta empresa cumpre todas as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, conforme previsto na legislação vigente e demais normas aplicáveis.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração para os devidos fins.

Florianópolis,

**JUAN TIAGO
ALBARELLOS:
07382713903**

Assinado de forma
digital por JUAN TIAGO
ALBARELLOS:073827139
03
Dados: 2026.02.12
12:43:51 -03'00'

Juan Tiago Albarelllos
Sócio Administrador
Informações Expressas de Licitacoes Ltda

INFORMAÇÕES EXPRESSAS DE LICITAÇÕES LTDA.

01.095.841/0001-92

RUA JOSÉ MAYKOT, 177 – ESTREITO – FLORIANÓPOLIS-SC – CEP 88.090-410

(48) 3224-8575 – (48) 99958-2901

WWW.LICIEXPRESS.COM.BR

MAURICIO@LICIEXPRESS.COM.BR



EM BRANC

Prezado cliente,

Segue a **Dispensa do Alvará Sanitário** para conhecimento.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,
Setor societário.



EM BRANCO



Prefeitura de Florianópolis
Secretaria Municipal de Saúde
Diretoria de Vigilância em Saúde

Av. Professor Henrique da Silva Fontes, 6100, Trindade - Florianópolis
CEP: 88036-700, Fone: 32123913



CERTIDÃO DE DISPENSA DE ALVARÁ SANITÁRIO MUNICIPAL

Dados do Estabelecimento

CNPJ: 010.958.410/0019-2 MEI - Microempreendedor Individual: Não
Razão Social: INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA Representante Legal: JUAN TIAGO ALBARELLOS
Endereço: Rua José Maykot, 177 - Canto/Florianópolis - 88090410

Atividade(s):	CNAE	Descrição
	6399-2/00	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente
	8230-0/01	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
	8599-6/04	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

Certidão

Certificamos que a(s) atividade(s) informada(s) pelo(a) requerente e/ou sua condição de Microempreendedor Individual - MEI é(são) enquadrada(s) como atividade(s) de Baixo Risco, conforme **Decreto Municipal n. 22.143/2020 e está(ão) dispensada(s) de alvará sanitário**, conforme art. 3º, inciso I, da Lei Federal n. 13.874/2019, c/c art. 16, da Lei Complementar Municipal n. 678/2019.

TODAS AS ATIVIDADES CONSTANTES NO CNPJ DA PESSOA JURÍDICA DEVEM ESTAR PRESENTES NESTA CERTIDÃO.

A omissão de atividades constantes no objeto social da pessoa jurídica **TORNA NULA** a certidão. Esta somente é válida quando constarem **TODAS AS ATIVIDADES** presentes no CNPJ atualizado da pessoa física/jurídica.

Esta certidão é emitida com base em informações prestadas pelo(a) requerente. Este deve estar ciente de que as informações aqui prestadas são presumidas verdadeiras e que a omissão de atividades ou o preenchimento desta certidão com informações falsas constitui infração sanitária, estando sujeito às sanções previstas na Lei Complementar Municipal n. 239/06.

A DISPENSA DE ALVARÁ SANITÁRIO NÃO EXIME O REQUERENTE DO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR, QUANDO APLICÁVEL.

Florianópolis, 16/01/2026

LANI MARTINELLO DOS SANTOS
DIRETORA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Matrícula: 659045



10/10/2023 10:10:10
10/10/2023 10:10:10
10/10/2023 10:10:10



10/10/2023 10:10:10
10/10/2023 10:10:10
10/10/2023 10:10:10

10/10/2023 10:10:10
10/10/2023 10:10:10
10/10/2023 10:10:10

10/10/2023 10:10:10
10/10/2023 10:10:10
10/10/2023 10:10:10

10/10/2023 10:10:10
10/10/2023 10:10:10
10/10/2023 10:10:10

10/10/2023 10:10:10
10/10/2023 10:10:10
10/10/2023 10:10:10

EMBRANC

10/10/2023 10:10:10
10/10/2023 10:10:10
10/10/2023 10:10:10

10/10/2023 10:10:10
10/10/2023 10:10:10
10/10/2023 10:10:10

10/10/2023 10:10:10
10/10/2023 10:10:10
10/10/2023 10:10:10

10/10/2023 10:10:10
10/10/2023 10:10:10
10/10/2023 10:10:10

10/10/2023 10:10:10
10/10/2023 10:10:10
10/10/2023 10:10:10



10/10/2023 10:10:10
10/10/2023 10:10:10
10/10/2023 10:10:10



INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA	DANFPS-E
RUA JOSE MAYKOT, 177, ***** ESTREITO - FLORIANÓPOLIS - SC - 88.090-410 CNPJ: 01.095.841/0001-92 CMC: 093.435-6	Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica Número: 2701 Autorização: 654113 Emissão: 24/11/2025 Código de Verificação: 1391-64A5-A76B-2C79



Dados do Tomador			
NOME/RAZÃO SOCIAL MUNICIPIO DE BOM JARDIM DA SERRA		CFPS 9205	
ENDEREÇO R MANOEL CECILIO RIBEIRO, 68 - PREDIO		BAIRRO/DISTRITO CENTRO - SEDE	
MUNICÍPIO Bom Jardim da Serra		UF SC	CEP 88.640-000
		País BRASIL	CPF/CNPJ/Outros 82.844.754/0001-92
		CMC	

Dados do(s) serviço(s)						
Cód. Atividade	(Descrição CNAE) Descrição do Serviço	CST	Aliq.	Valor Unitário	Qtde	Valor Total
8599604	(TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL) CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO DE AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES. DIAS 17, 18 E 19 DE NOVEMBRO 2025 EM FLORIANÓPOLIS-SC ----- INSCRITO(S): MOZER RICARDO DA SILVA ----- NOTA DE EMPENHO: 4613 / 2025 ----- DADOS BANCÁRIOS BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 1386-2 CONTA CORRENTE: 234141-7	1	0,00	R\$ 4.900,00	1	R\$ 4.900,00



Cálculo do Imposto				
Base de Cálculo de ISSQN R\$ 0,00	Valor do ISSQN R\$ 0,00	Base de Cálculo ISSQN Subst. R\$ 0,00	Valor do ISSQN Subst. R\$ 0,00	Valor Total dos Serviços R\$ 4.900,00

Dados adicionais
EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL

DANFPS-E - DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRÔNICA	A VALIDADE E AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS AUXILIARES DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ELETRÔNICA PODERÃO SER COMPROVADAS MEDIANTE CONSULTA À PÁGINA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SMF NA INTERNET, NO ENDEREÇO portal.pmf.sc.gov.br/sites/notaeletronica , EM VERIFICAR AUTENTICIDADE >> PRODUÇÃO, INFORMANDO O CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 139164A5A76B2C79 E O NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO EMITENTE NO CADASTRO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - CMC: 0934356
--	---

EM BRANC

INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA

RUA JOSE MAYKOT, 177, *****
ESTREITO - FLORIANÓPOLIS - SC - 88.090-410
CNPJ: 01.095.841/0001-92
CMC: 093.435-6

DANFPS-E

Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica
Numero: 2696
Autorização: 654113
Emissão: 24/11/2025
Código de Verificação: 32F2-0818-49F6-198B



Dados do Tomador

NOME/RAZÃO SOCIAL MUNICIPIO DE MAREMA		CFPS 9205	
ENDEREÇO R JOSE GASPARI, 69 - EDIF EDIFICIO		BAIRRO/DISTRITO CENTRO	
CEP 89.860-000			
MUNICÍPIO Marema	UF SC	País BRASIL	CPF/CNPJ/Outros 78.509.072/0001-56
		CMC	

Dados do(s) serviço(s)						
Cód. Atividade	(Descrição CNAE) Descrição do Serviço	CST	Aliq.	Valor Unitário	Qtde	Valor Total
8599604	(TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL) CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO DE AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES. DIAS 17, 18 E 19 DE NOVEMBRO 2025 EM FLORIANÓPOLIS-SC =====	1	0,00	R\$ 4.900,00	2	R\$ 9.800,00
	INSCRITO(S): MARLETE TEREZINHA LUNARDI; VANDERLEI ANTÔNIO CALDERAN =====					
	SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO: 1272/2025 =====					
	DADOS BANCÁRIOS BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 1386-2 CONTA CORRENTE: 234141-7					



Cálculo do Imposto				
Base de Cálculo de ISSQN	Valor do ISSQN	Base de Cálculo ISSQN Subst.	Valor do ISSQN Subst.	Valor Total dos Serviços
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.800,00

Dados adicionais

EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL

DANFPS-E - DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

A VALIDADE E AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS AUXILIARES DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ELETRÔNICA PODERÃO SER COMPROVADAS MEDIANTE CONSULTA À PÁGINA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SMF NA INTERNET, NO ENDEREÇO portal.pmf.sc.gov.br/sites/notaeletronica, EM VERIFICAR AUTENTICIDADE >> PRODUÇÃO. INFORMANDO O CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO 32F2081849F6198B E O NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO EMITENTE NO CADASTRO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES - CMC: 0934356

EMBRANC

INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA	DANFPS-E
RUA JOSE MAYKOT, 177, ***** ESTREITO - FLORIANÓPOLIS - SC - 88.090-410 CNPJ: 01.095.841/0001-92 CMC: 093.435-6	Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica Numero: 2680 Autorização: 654113 Emissão: 02/10/2025 Código de Verificação: F911-FF2C-EEA4-0E62



Dados do Tomador	
NOME/RAZÃO SOCIAL MUNICIPIO DE PARNAMIRIM	
CFPS 9206	
ENDEREÇO Avenida Castor Vieira Régis, 500	BAIRRO/DISTRITO Cohabinal
CEP 59.140-670	
MUNICÍPIO Parnamirim	UF RN
País BRASIL	CPF/CNPJ/Outros 08.170.862/0001-74
CMC	

Dados do(s) serviço(s)						
Cód. Atividade	(Descrição CNAE) Descrição do Serviço	CST	Aliq.	Valor Unitário	Qtde	Valor Total
8599604	(TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL) CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO DE AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES. DIAS 17, 18 E 19 DE NOVEMBRO 2025 EM FLORIANÓPOLIS-SC =====	1	0,00	R\$ 4.500,00	2	R\$ 9.000,00
	INSCRITO(S): INGRID CAROLINE DE MEDEIROS GURGEL; DANIEL COUTINHO LINS =====					



Cálculo do Imposto				
Base de Cálculo de ISSQN	Valor do ISSQN	Base de Cálculo ISSQN Subst.	Valor do ISSQN Subst.	Valor Total dos Serviços
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.000,00

Dados adicionais	
EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL	
DANFPS-E - DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRÔNICA	A VALIDADE E AUTENTICIDADE DESTES DOCUMENTOS AUXILIARES DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ELETRÔNICA PODERÃO SER COMPROVADAS MEDIANTE CONSULTA À PÁGINA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SMF NA INTERNET, NO ENDEREÇO portal.pmf.sc.gov.br/sites/notaeletronica . EM VERIFICAR AUTENTICIDADE >> PRODUÇÃO, INFORMANDO O CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F911FF2CEE40E62 E O NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO EMITENTE NO CADASTRO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - CMC: 0934356

EMBRANC



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR.

1. JUSTIFICATIVA TÉCNICA

Processo Administrativo nº 0384/2025

Unidade 02.06.00

Atividade: 12.361.4000.2027.0000 - Manutenção de das Atividades da Educação – MDE.

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 – Pessoa Jurídica

Fonte Recursos: MDE

Secretaria Municipal de Educação – SEMED

2. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE

A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de São João da Baliza – RR identificou a necessidade de capacitar **servidor que atuará como Agente de Contratação, Pregoeiro e/ou membro da Equipe de Apoio e Analista de Licitações**, visando aprimorar os procedimentos relacionados às compras públicas.

3. JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem como finalidade garantir a formação técnica adequada dos servidores que atuam nas atividades de licitação e contratação pública no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, assegurando o cumprimento das diretrizes da Lei nº 14.133/2021, que institui o novo regime jurídico das contratações públicas.

A atualização e capacitação profissional são indispensáveis para o correto entendimento e aplicação da nova legislação, especialmente no que se refere ao uso das plataformas eletrônicas oficiais, e à condução das modalidades de **Pregão, Concorrência e Dispensa Eletrônica**.

A qualificação técnica proposta tem por objetivo proporcionar maior segurança jurídica, eficiência administrativa, transparência, economicidade e planejamento, reduzindo falhas procedimentais e mitigando riscos administrativos e financeiros. Além disso, representa investimento estratégico no fortalecimento da governança e na melhoria contínua da gestão pública, refletindo em benefícios diretos para o sistema educacional municipal.

The first part of the report deals with the general situation of the company and the results of the survey. It is followed by a detailed analysis of the data collected and a comparison with the results of previous surveys. The final part of the report contains conclusions and recommendations for the future.

The second part of the report deals with the specific results of the survey. It is divided into two main sections: the first section deals with the results of the survey of the employees and the second section deals with the results of the survey of the customers. Each section contains a detailed analysis of the data collected and a comparison with the results of previous surveys.

The third part of the report deals with the conclusions and recommendations for the future. It is divided into two main sections: the first section contains conclusions and the second section contains recommendations. Each section contains a detailed analysis of the data collected and a comparison with the results of previous surveys.

The fourth part of the report deals with the conclusions and recommendations for the future. It is divided into two main sections: the first section contains conclusions and the second section contains recommendations. Each section contains a detailed analysis of the data collected and a comparison with the results of previous surveys.

EMBRANC

The fifth part of the report deals with the conclusions and recommendations for the future. It is divided into two main sections: the first section contains conclusions and the second section contains recommendations. Each section contains a detailed analysis of the data collected and a comparison with the results of previous surveys.

The sixth part of the report deals with the conclusions and recommendations for the future. It is divided into two main sections: the first section contains conclusions and the second section contains recommendations. Each section contains a detailed analysis of the data collected and a comparison with the results of previous surveys.

The seventh part of the report deals with the conclusions and recommendations for the future. It is divided into two main sections: the first section contains conclusions and the second section contains recommendations. Each section contains a detailed analysis of the data collected and a comparison with the results of previous surveys.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



A capacitação destina-se a **01 (um) participante**, com **carga horária total de 24 (vinte e quatro) horas/aula**, e será realizada nos dias **18, 19 e 20 de março**, na Cidade de **Florianópolis – SC**.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO PRETENDIDA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR.

Curso presencial, carga horária **24h/aula**, a ser realizado nos dias **18, 19 e 20 de março**.

5. ANÁLISE DE ALTERNATIVAS

Alternativa	Conclusão
Capacitação própria da Administração	Inviável: inexistência de equipe técnica habilitada
Treinamentos gratuitos	Insuficientes para a demanda técnica específica
Contratação de empresa especializada	Alternativa mais adequada e eficaz

6. ESPECIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO

Curso presencial

01 participante

Conteúdos:

- Estrutura da Nova Lei
- Regulamentações Necessárias
- Agentes Públicos
- Objetivos da Licitação
- Princípios
- Modalidades
- Plano de Contratação Anual
- Planejamento da Contratação
- Estudos Técnicos Preliminares
- Gestão de Riscos Pesquisa de Preços
- Ciclo de Vida
- Margens de Preferência
- Parecer Jurídico
- Especificações do Objeto
- Termo de Referência
- Anteprojeto

1. The first part of the report discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that this is crucial for the company's financial health and for providing reliable information to stakeholders.

2. The second part of the report details the various methods used to collect and analyze data. It includes a description of the survey process, the selection of participants, and the statistical techniques employed to interpret the results.

3. The third part of the report presents the findings of the study. It highlights the key trends and patterns observed in the data, as well as the specific areas where improvements are needed.

4. The final part of the report provides recommendations based on the findings. It offers practical suggestions for how the company can address the identified issues and implement effective strategies for future success.

EMBRANC

5. The report concludes with a summary of the overall findings and a final statement on the company's commitment to transparency and accountability.

6. The report also includes a list of references and a bibliography, providing sources for the data and information used throughout the study.

7. The report is accompanied by several appendices, which provide additional details and supporting information for the main text.

8. The report is designed to be a comprehensive and accessible resource for all stakeholders, providing them with the information they need to make informed decisions and take action.

9. The report is a testament to the company's dedication to excellence and its commitment to providing the highest quality of service to its customers.

10. The report is a valuable tool for the company, providing it with the insights and information it needs to stay competitive and successful in the marketplace.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



- Projeto Básico
- Elaboração de Editais
- Avisos de Licitações
- Audiência de Consulta
- Modos de Disputa
- Fases da Licitação
- Classificação de Propostas
- Habilitação
- Licitação Eletrônica
- Recursos e Impugnações
- Encerramento da Licitação
- Especificações do Objeto P
- Procedimentos Auxiliares
- Sistema de Registro de Preços
- Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
- Contratação Direta Sanções Administrativas

Folder com especificações completa em anexo.

7. CONTRATAÇÕES CORRELATADAS

Não contratações correlatadas.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

1 (uma) unidade — LOTE/UNIDADE: “Prestação de serviço — curso presencial completo (24h/a) para 01 (um) participante”, conforme especificado no objeto.

Justificativa legal (Lei nº 14.133/2021):

A nova Lei de Licitações reitera a necessidade de gestão por competências e designação de agentes capacitados para condução dos processos licitatórios, reforçando a importância da qualificação técnica dos agentes (art. 7º e dispositivos correlatos sobre agente de contratação/pregoeiro). Advogados + 1

A contratação de capacitação guarda conformidade com os princípios gerais da Lei (art. 5º) — especialmente legalidade, eficiência, economicidade e governança — ao passo que a medida busca reduzir riscos, corrigir procedimentos e garantir segurança jurídica nas contratações da Secretaria Municipal de Administração.

A ausência temporária do Plano de Contratações Anual (PCA) não afasta a possibilidade e a necessidade de contratações justificadas e prioritárias; o art. 12 (inc. VII) trata do PCA como instrumento preferencial de planejamento, mas a capacitação imediata para cumprimento das obrigações traz conformidade ao princípio do planejamento e à continuidade administrativa. [Serviços e Informações do Brasil+1](#)

9. ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA (PREÇO DE MERCADO)

Tomando como referência ofertas de mercado para o mesmo curso (presencial, 24h/a), verificou-se as seguintes referências: a empresa LICIEXPRESS (oferta de turma em Florianópolis - 24h/a) apresenta valores de referência para turmas presenciais (ex.:

EM BRANC(



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



Inscrição 1º lote – Desconto Especial listado em R\$ 3.299,00 e Inscrição VIP: Pacote Completo com Hospedagem Inclusa Listado em R\$ 4.999,00. Outros provedores do mercado praticam valores na faixa aproximada de R\$ 3.350,00 a R\$ 3.980,00 para formação similar (24h). Recomenda-se, portanto, adotar um valor estimado por unidade entre R\$ 3.350,00 e R\$ 3.980,00, a fim de compor a estimativa orçamentária e permitir comparação na pesquisa de preços. [Curso Completo Floripa Março 2026 – Cursos de Licitações – Liciexpress](#)

10. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi realizada com base na coleta de dados de mercado, considerando os princípios da economicidade, da eficiência e da vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

O valor específico para o curso em questão visto a exclusividade da empresa em questão – INFORMAÇÕES EXPRESSAS DE LICITAÇÕES LTDA, cnpj 01.095.841/0001-92, não está sujeito à concorrência comum de mercado, sendo praticado uniformemente para contratações públicas e privadas, respeitadas as especificações de cada localidade.

Desta forma, o preço da contratação está estimado em **R\$ 4.999,00 (QUATRO MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS)**, de acordo com proposta de preço anexo.

11. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

A contratação será realizada com o agrupamento dos itens, conforme consta da tabela supracitada, tendo em vista que os itens agrupados guardam similaridades em suas características e são produtos comuns que podem ser fornecidos/prestados por um mesmo fornecedor. Entende-se que dessa forma o agrupamento proporcionará vantagens de natureza logística e econômica para a Administração.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação do curso de capacitação em Licitações e Contratos Administrativos tem como finalidade alcançar resultados institucionais concretos e mensuráveis no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de São João da Baliza – RR, especialmente no que se refere à adequada aplicação da Lei nº 14.133.

Com a realização da capacitação, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- I – Capacitação técnica formal dos servidores designados para exercer as funções de Agente de Contratação, Pregoeiro, membros da Equipe de Apoio e Analista de Licitações;
- II – Padronização e melhoria na elaboração dos documentos da fase preparatória, tais como Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência, edital, matriz de riscos e minutas contratuais;

The first part of the book is devoted to a general introduction to the theory of the firm. It starts with a discussion of the basic concepts of the firm, such as the production function, the cost function, and the profit function. It then goes on to discuss the various types of firms that can be found in the economy, such as the perfectly competitive firm, the monopolistic competitive firm, the oligopoly, and the monopoly. The second part of the book is devoted to a detailed analysis of the behavior of the firm in the short run and in the long run. It starts with a discussion of the short-run cost curves, such as the total cost curve, the average total cost curve, and the marginal cost curve. It then goes on to discuss the long-run cost curves, such as the long-run average cost curve and the long-run marginal cost curve. The third part of the book is devoted to a discussion of the various types of market structures that can be found in the economy, such as perfect competition, monopolistic competition, oligopoly, and monopoly. It starts with a discussion of perfect competition, then moves on to monopolistic competition, then to oligopoly, and finally to monopoly. The fourth part of the book is devoted to a discussion of the various types of market failures that can be found in the economy, such as externalities, public goods, and imperfect information. It starts with a discussion of externalities, then moves on to public goods, and finally to imperfect information. The fifth part of the book is devoted to a discussion of the various types of government intervention that can be found in the economy, such as taxes, subsidies, and regulation. It starts with a discussion of taxes, then moves on to subsidies, and finally to regulation. The sixth part of the book is devoted to a discussion of the various types of economic growth that can be found in the economy, such as endogenous growth and exogenous growth. It starts with a discussion of endogenous growth, then moves on to exogenous growth, and finally to a discussion of the various types of economic development that can be found in the economy, such as the transition from a traditional economy to a modern economy.

The book is written in a clear and concise style, and it is suitable for use as a textbook in a course on microeconomics. It is also suitable for use as a reference work for students and researchers alike. The book is divided into six parts, each of which is devoted to a different topic. The first part is devoted to a general introduction to the theory of the firm. The second part is devoted to a detailed analysis of the behavior of the firm in the short run and in the long run. The third part is devoted to a discussion of the various types of market structures that can be found in the economy. The fourth part is devoted to a discussion of the various types of market failures that can be found in the economy. The fifth part is devoted to a discussion of the various types of government intervention that can be found in the economy. The sixth part is devoted to a discussion of the various types of economic growth that can be found in the economy.

THEORY OF THE FIRM

The first part of the book is devoted to a general introduction to the theory of the firm. It starts with a discussion of the basic concepts of the firm, such as the production function, the cost function, and the profit function. It then goes on to discuss the various types of firms that can be found in the economy, such as the perfectly competitive firm, the monopolistic competitive firm, the oligopoly, and the monopoly. The second part of the book is devoted to a detailed analysis of the behavior of the firm in the short run and in the long run. It starts with a discussion of the short-run cost curves, such as the total cost curve, the average total cost curve, and the marginal cost curve. It then goes on to discuss the long-run cost curves, such as the long-run average cost curve and the long-run marginal cost curve. The third part of the book is devoted to a discussion of the various types of market structures that can be found in the economy, such as perfect competition, monopolistic competition, oligopoly, and monopoly. It starts with a discussion of perfect competition, then moves on to monopolistic competition, then to oligopoly, and finally to monopoly. The fourth part of the book is devoted to a discussion of the various types of market failures that can be found in the economy, such as externalities, public goods, and imperfect information. It starts with a discussion of externalities, then moves on to public goods, and finally to imperfect information. The fifth part of the book is devoted to a discussion of the various types of government intervention that can be found in the economy, such as taxes, subsidies, and regulation. It starts with a discussion of taxes, then moves on to subsidies, and finally to regulation. The sixth part of the book is devoted to a discussion of the various types of economic growth that can be found in the economy, such as endogenous growth and exogenous growth. It starts with a discussion of endogenous growth, then moves on to exogenous growth, and finally to a discussion of the various types of economic development that can be found in the economy.

The book is written in a clear and concise style, and it is suitable for use as a textbook in a course on microeconomics. It is also suitable for use as a reference work for students and researchers alike. The book is divided into six parts, each of which is devoted to a different topic. The first part is devoted to a general introduction to the theory of the firm. The second part is devoted to a detailed analysis of the behavior of the firm in the short run and in the long run. The third part is devoted to a discussion of the various types of market structures that can be found in the economy. The fourth part is devoted to a discussion of the various types of market failures that can be found in the economy. The fifth part is devoted to a discussion of the various types of government intervention that can be found in the economy. The sixth part is devoted to a discussion of the various types of economic growth that can be found in the economy.

The book is written in a clear and concise style, and it is suitable for use as a textbook in a course on microeconomics. It is also suitable for use as a reference work for students and researchers alike. The book is divided into six parts, each of which is devoted to a different topic. The first part is devoted to a general introduction to the theory of the firm. The second part is devoted to a detailed analysis of the behavior of the firm in the short run and in the long run. The third part is devoted to a discussion of the various types of market structures that can be found in the economy. The fourth part is devoted to a discussion of the various types of market failures that can be found in the economy. The fifth part is devoted to a discussion of the various types of government intervention that can be found in the economy. The sixth part is devoted to a discussion of the various types of economic growth that can be found in the economy.

The book is written in a clear and concise style, and it is suitable for use as a textbook in a course on microeconomics. It is also suitable for use as a reference work for students and researchers alike. The book is divided into six parts, each of which is devoted to a different topic. The first part is devoted to a general introduction to the theory of the firm. The second part is devoted to a detailed analysis of the behavior of the firm in the short run and in the long run. The third part is devoted to a discussion of the various types of market structures that can be found in the economy. The fourth part is devoted to a discussion of the various types of market failures that can be found in the economy. The fifth part is devoted to a discussion of the various types of government intervention that can be found in the economy. The sixth part is devoted to a discussion of the various types of economic growth that can be found in the economy.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



- III – Redução de falhas processuais e inconsistências formais que possam ensejar impugnações, recursos administrativos, recomendações de órgãos de controle ou anulação de certames;
- IV – Maior eficiência na condução das modalidades licitatórias, especialmente Pregão e Concorrência;
- V – Fortalecimento da governança das contratações públicas e da cultura de planejamento no âmbito municipal;
- VI – Mitigação de riscos administrativos, jurídicos e financeiros decorrentes da aplicação inadequada da legislação vigente;
- VII – Ampliação da segurança jurídica nas decisões administrativas relacionadas às contratações públicas;
- VIII – Melhoria na qualidade das contratações realizadas, com reflexos positivos na economicidade e na adequada aplicação dos recursos públicos.

Espera-se, ainda, que a capacitação proporcione maior autonomia técnica aos servidores, reduzindo a dependência de consultorias externas e promovendo maior eficiência administrativa, em conformidade com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação não importará em impacto ambiental.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nas informações levantadas, salvo melhor juízo, declara-se que a contratação é VIÁVEL. As questões elencadas no presente estudo estabeleceram critérios de razoabilidade, eficiência, legalidade, especificações, preço médio e o princípio da economicidade para administração pública levando em consideração a exclusividade para o curso ora em questão.

Diante do exposto, segue para fins de análise e demais encaminhamentos ao Setor de Licitações e Contratos para as providências cabíveis

São João da Baliza/RR, 11 de fevereiro de 2026.

ELABORADO POR: KELIANY SOUSA TERÇO

Aprovo este documento.

São João da Baliza-RR, 02 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO JOSÉLIO FREITAS DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

EMBRANC



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



MAPA DE ANÁLISE DE RISCOS

1.1. O documento visa a elaboração de um MAPA DE ANÁLISE DE RISCOS para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR.**

Riscos relacionados à fase de Planejamento da Contratação e seleção de fornecedores.

Risco 01	Risco:	Deficiência na definição da demanda	
	Probabilidade:	Baixa	
	Impacto:	Alto	
	Dano (Consequência) 1:	Superdimensionamento ou subdimensionamento da demanda	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	Ação de tratamento Preventiva	Responsável
	1	Qualificar a equipe de planejamento; conhecer atividades meio e finalísticas do órgão.	Autoridade competente
	2	Solicitar que o requisitante apresente as quantidades e justificativas dentro do prazo	Integrante Técnico, Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	Ação de tratamento de Contingência	Responsável
	1	Restabelecimento da demanda, solicitando a complementação da descrição do material e documentos de aporte	Equipe de planejamento.

Risco 02	Risco:	Não aprovação do Estudo Técnico ou do Termo de Referência.
	Probabilidade:	Baixa
	Impacto:	Alto
	Dano (Consequência) 1:	Atraso no processo de contratação e, consequentemente, atraso na entrega dos materiais.
	Tratamento:	Mitigar.

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10

10/10/2010 10:10:10



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

	Id	Ação de tratamento Preventiva	Responsável
	1	Instruir o Estudo Técnico e o Termo de Referência em estrita aderência às disposições dos normativos aplicados à contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação e controle Interno
	Id	Ação de tratamento de Contingência	Responsável
	1	Revisar e alinhar os documentos em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional e o arcabouço legal.	Equipe de Planejamento da Contratação

Risco 03	Risco:	Impugnação no edital/esclarecimentos	
	Probabilidade:	Média	
	Impacto:	Alto	
	Dano (Consequência) 1:	Atraso na realização do procedimento licitatório.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	Ação de tratamento Preventiva	Responsável
	1	Observar atentamente as regulamentações na condução do processo licitatório.	Equipe de DLC
	2	Análise nas exigências contidas no Edital, de forma a não extrapolar as regulamentações previstas em Lei.	Equipe de DLC
	Id	Ação de tratamento de Contingência	Responsável
	1	Analisar o pedido com base nos princípios norteadores da Licitação para indeferi-lo ou não.	Equipe DLC
	2	Tomar as providências necessárias ao saneamento das deficiências ou restrições detectadas no Termo de Referência/Edital, no menor prazo possível, de modo a permitir, em tempo hábil, a realização da licitação.	Equipe DLC

Risco 04	Risco:	Deficiências na seleção de fornecedor; critérios de julgamento, entre outros.
	Probabilidade:	Baixa
	Impacto:	Alto
	Dano (Consequência) 1:	Atraso na contratação.
	Tratamento:	Mitigar.

EMBRANC



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

	Id	Ação de tratamento Preventiva	Responsável
	1	Capacitação de servidores; incorporar as atualizações da legislação (acórdãos TCU); Estabelecer rotinas de revisão.	Autoridade competente
	Id	Ação de tratamento de Contingência	Responsável
	1	Suspensão e correções necessárias.	Equipe DLC

Riscos relacionados à fase de gestão do contrato:

Risco 05	Risco:	Descumprimento de condições e obrigações previstas no Edital e anexos pela contratada.	
	Probabilidade:	Baixa	
	Impacto:	Alto	
	Dano (Consequência) 1:	Não atendimento das necessidades da Instituição.	
	Dano (Consequência) 2:	Atraso na execução do serviço	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	Ação de tratamento Preventiva	Responsável

Ação de Contingência	Responsável
Conferência rotineira do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da Contratada. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual.	Fiscal Técnico e Administrativo, Gestor do Contrato

Avaliação Qualitativa dos Riscos

A seguir encontra-se a matriz de avaliação qualitativa dos riscos identificados na contratação.

PROBABILIDADE DE RISCOS		
BAIXA	MODERADA	ALTA
RISCO 1		RISCO 4
RISCO 2		RISCO 5
RISCO 3		



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



Gravidade nas consequências

Através da matriz, os RISCOS 1, 2, 3, 4 e 5 devem ser aceitos, providenciando-se as medidas de mitigação.

São João da Baliza – RR, 13 de fevereiro de 2026

KELIANY SOUSA TERÇO

Aprovo este documento em atendimento às disposições normativas:

FRANCISCO JOSELIO FREITAS DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

EM BRANC



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de São João da Baliza – RR, mostra-se medida essencial para o aprimoramento técnico dos servidores envolvidos nas atividades de planejamento, condução e gestão das contratações públicas.

2.2 A capacitação permitirá que os profissionais atuem com maior eficiência, segurança jurídica e domínio das ferramentas obrigatórias, contribuindo diretamente para a modernização dos processos, a conformidade com a legislação vigente e a melhoria da qualidade das aquisições e contratações realizadas pela Administração Pública.

2.3 A formação adequada de agentes de contratação, pregoeiros e equipes de apoio é fundamental diante das mudanças trazidas pela Lei nº 14.133/2021, que exige novas competências, atualização contínua e domínio de procedimentos técnicos. Além disso, o uso do sistema Compras.gov.br — plataforma oficial e obrigatória para os processos licitatórios — demanda conhecimento específico para garantir a correta operacionalização dos módulos de pregão, concorrência e dispensa eletrônica.

2.4 Dessa forma, a contratação do curso contribui para o fortalecimento da gestão pública, para a redução de falhas procedimentais e para o aumento da eficiência administrativa, refletindo diretamente na melhoria dos serviços prestados à comunidade escolar e à população do Município de São João da Baliza – RR.

3. DO ENQUADRAMENTO LEGAL:

3.1 O presente Termo de Referência, referente ao Processo de Inexigibilidade nº 002/2026, tem como base legal o **art. 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021**, que dispõe sobre a inexigibilidade de licitação quando houver inviabilidade de competição para contratação de serviços técnicos especializados de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização. Aplica-se, ainda, a **Lei Complementar nº 123/2006** e demais

...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...

...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...

...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...

...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...

...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



legislações pertinentes à matéria, observando-se todas as condições e exigências necessárias à formalização da contratação.

3.2 A contratação pretendida — CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR — encontra respaldo no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que disciplina a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP). O ETP caracteriza o interesse público envolvido ao demonstrar a necessidade da capacitação especializada para aprimoramento dos servidores, permitindo a correta avaliação da solução a ser contratada e sua economicidade.

4. DA ESPECIFICAÇÃO E VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1 O valor estimado da contratação é de **R\$ 4.999,00 (QUATRO MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS)**, conforme memória de cálculo das pesquisas e mapa de preço anexa aos autos.

ITENS DO OBJETO – CURSO DE TREINAMENTO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO MÉDIO	
				P. Unit. R\$.	P. Total R\$.
1	CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES	UND	01	R\$ 4.999,00	R\$ 4.999,00
TOTAL					R\$ 4.999,00
QUATRO MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS					

4.2 Para definição do quantitativo, foram analisadas as necessidades da Secretaria de Educação.

5. DO REGIME DE EXECUÇÃO, LOCAL E FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 A prestação dos serviços contratados será realizada em regime de execução indireta, consistindo na oferta de curso de treinamento, formação e capacitação de Agente de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR.**

5.2 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



a) Localidade: O curso será realizado na Cidade de Florianópolis – SC, em local indicado pela empresa CONTRATADA e informado à Secretaria Municipal de Administração, conforme detalhado na proposta e confirmado na ordem de execução.

b) Dias e horários de realização: O treinamento ocorrerá nos dias 18, 19 e 20, conforme proposta apresentada à SEMAP, em horário previamente definido entre as partes, observando a disponibilidade da equipe da Secretaria e da empresa contratada.

5.3 A CONTRATADA deverá ministrar o curso utilizando todos os materiais, recursos didáticos, equipamentos tecnológicos e demais instrumentos necessários à perfeita execução das atividades formativas, conforme planejamento apresentado e aprovado pela SEMAP.

5.4 A CONTRATANTE deverá acompanhar e fiscalizar a realização do curso no local indicado em Florianópolis – SC, garantindo o apoio logístico necessário à participação dos servidores inscritos.

6. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

6.1 A descrição da solução como um todo encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, e abrange a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR.**

6.2 A solução proposta visa atender a demanda de aprimoramento técnico dos servidores municipais, garantindo adequação às normas da Nova Lei de Licitações e ao uso obrigatório das plataformas eletrônicas oficiais.

6.3 Para atendimento das demandas identificadas, a solução adequada consiste na realização de Processo de Inexigibilidade de Licitação, conforme art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o objeto caracteriza-se como serviço técnico especializado e de natureza singular, cuja execução exige notória especialização da empresa ofertante, conforme previsto no Processo de Inexigibilidade nº 098/2026.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 **Unidade 02.06.00**

Atividade: 12.361.4000.2027.0000 - Manutenção de das Atividades da Educação – MDE.

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 – Pessoa Jurídica

Fonte Recursos: MDE

Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Tipo de Empenho: GLOBAL

8. DO PRAZO DE EXECUÇÃO

8.1 O prazo de execução dos serviços contratados observará o disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente o previsto no art. 105, que estabelece que a execução contratual deve respeitar as condições, prazos e cronogramas estabelecidos no Termo de Referência e no instrumento contratual.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET, CHICAGO, ILL. 60637

DATE OF ACQUISITION: 1971
BY: [illegible]
FROM: [illegible]

UNIVERSITY OF CHICAGO

DATE OF ACQUISITION: 1971
BY: [illegible]
FROM: [illegible]
UNIVERSITY OF CHICAGO

UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET, CHICAGO, ILL. 60637
DATE OF ACQUISITION: 1971
BY: [illegible]
FROM: [illegible]
UNIVERSITY OF CHICAGO

EMBRANC

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET, CHICAGO, ILL. 60637

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET, CHICAGO, ILL. 60637
DATE OF ACQUISITION: 1971
BY: [illegible]
FROM: [illegible]
UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET, CHICAGO, ILL. 60637





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



8.2 Em conformidade com a proposta apresentada e aceita pela Secretaria Municipal de Administração, os serviços serão executados nos dias 18, 19 e 20, correspondentes ao período integral de realização do curso de capacitação de Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio e Analista de Licitações, sendo este o prazo total para conclusão da execução.

8.3 O prazo estabelecido poderá ser ajustado somente mediante justificativa formal e prévia autorização da Administração, observadas as hipóteses previstas nos arts. 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021, que tratam das alterações contratuais e das prorrogações devidamente motivadas.

8.4 Concluído o curso no prazo estipulado, considerar-se-á integralmente executado o objeto contratual, devendo a CONTRATADA apresentar, quando aplicável, relatório final, lista de presença ou demais documentos comprobatórios da execução.

9. DAS FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 A contratação será realizada por **Inexigibilidade de Licitação**, nos termos do **art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021**, tendo em vista tratar-se de **serviço técnico especializado de natureza singular**, cuja execução exige **notória especialização** da empresa ofertante, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar e na justificativa constantes no Processo de Inexigibilidade nº **098/2026**. A adoção da inexigibilidade mostra-se a solução técnica e juridicamente adequada, além de economicamente vantajosa para a Administração Municipal.

10. DA GARANTIA DA PROPOSTA

10.1 Não será exigida, no momento da apresentação da proposta ou dos documentos que instruem o Processo de Inexigibilidade, a comprovação de recolhimento de qualquer quantia a título de garantia, uma vez que tal requisito não se aplica às contratações realizadas por inexigibilidade, conforme a legislação vigente.

11. DA GARANTIA DO CONTRATO

11.1 Não haverá exigência de prestação de garantia contratual prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a natureza do objeto e o enquadramento da contratação por meio de Inexigibilidade, não se justificando a adoção desse requisito pela Administração.

12. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E ACOMPANHAMENTO

12.1 A execução dos serviços contratados será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP, que verificará a conformidade da capacitação ministrada, assegurando que o conteúdo, a carga horária, os métodos utilizados e as demais condições estejam de acordo com o Termo de Referência, a proposta apresentada pela CONTRATADA e a legislação vigente.

13. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1 O recebimento do objeto do contrato, decorrente da presente contratação, dar-se-á:

a) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento integral das exigências contratuais, incluindo carga horária, conteúdos ministrados, lista de presença e demais obrigações previstas no Termo de Referência.

EM BRANC



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



13.2 Os serviços serão considerados entregues no ato da conclusão do curso, ocasião em que a CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, para conferência pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, a fim de verificar sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta aprovada.

13.3 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, caso sejam prestados em desacordo com as especificações técnicas, metodológicas ou operacionais definidas no Termo de Referência e na proposta, devendo a CONTRATADA realizar a adequação necessária no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação, sem ônus adicional para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

13.4 O recebimento definitivo ocorrerá após a entrega da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente à SEMAP, acompanhado da verificação formal da execução do serviço, qualidade da capacitação, cumprimento da carga horária e entrega dos documentos comprobatórios pertinentes.

13.5 O prazo para o recebimento poderá ser, excepcionalmente, prorrogado, devidamente justificado, quando houver necessidade de diligências complementares para aferição do cumprimento das obrigações contratuais.

13.6 Em caso de controvérsia sobre a execução do objeto, principalmente quanto à qualidade dos serviços prestados, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se a empresa para emissão de nota fiscal correspondente à parcela incontroversa para fins de liquidação e pagamento.

13.7 O prazo destinado ao saneamento de inconsistências na execução dos serviços ou à correção da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente não será computado para fins de contagem do prazo de recebimento definitivo.

13.8 O recebimento dos serviços não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade civil, técnica e profissional pela correta, completa e adequada execução do objeto contratado, conforme previsto na legislação aplicável.

14. DO PAGAMENTO

Liquidação

14.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 02 (dois) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

14.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado

1. The first part of the report discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that this is crucial for the company's financial health and for providing reliable information to stakeholders. The report also mentions that the records should be kept up-to-date and that any discrepancies should be identified and corrected immediately.

2. The second part of the report focuses on the need for transparency in the company's operations. It states that transparency is essential for building trust with customers and investors. The report suggests that the company should provide regular updates on its performance and that it should be open to external audits.

3. The third part of the report discusses the importance of maintaining a strong relationship with the company's suppliers. It notes that this is key to ensuring a steady flow of goods and services. The report also mentions that the company should negotiate favorable terms with its suppliers and that it should be willing to pay for quality.

4. The fourth part of the report discusses the importance of maintaining a strong relationship with the company's customers. It notes that this is key to ensuring a steady flow of revenue. The report also mentions that the company should provide excellent customer service and that it should be willing to go above and beyond to meet its customers' needs.

5. The fifth part of the report discusses the importance of maintaining a strong relationship with the company's employees. It notes that this is key to ensuring a motivated and productive workforce. The report also mentions that the company should provide a safe and healthy work environment and that it should be willing to invest in its employees' training and development.

6. The sixth part of the report discusses the importance of maintaining a strong relationship with the company's community. It notes that this is key to ensuring a positive reputation. The report also mentions that the company should be involved in local activities and that it should be willing to support its community.

7. The seventh part of the report discusses the importance of maintaining a strong relationship with the company's government. It notes that this is key to ensuring a smooth regulatory process. The report also mentions that the company should be open to government oversight and that it should be willing to comply with all applicable laws and regulations.

8. The eighth part of the report discusses the importance of maintaining a strong relationship with the company's competitors. It notes that this is key to ensuring a competitive edge. The report also mentions that the company should be aware of its competitors' strengths and weaknesses and that it should be willing to learn from them.

9. The ninth part of the report discusses the importance of maintaining a strong relationship with the company's shareholders. It notes that this is key to ensuring a high return on investment. The report also mentions that the company should provide regular updates on its performance and that it should be willing to pay dividends.

10. The tenth part of the report discusses the importance of maintaining a strong relationship with the company's customers. It notes that this is key to ensuring a steady flow of revenue. The report also mentions that the company should provide excellent customer service and that it should be willing to go above and beyond to meet its customers' needs.

EMBRANC



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

14.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.6 A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.7 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

14.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

14.11 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

14.12 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

14.13 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.13.1 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.13.2 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.13.2.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.14. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à

EMBRANC



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

15.1 Ministrará o **CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES**, exatamente conforme especificações constantes na proposta anexada a este Termo.

15.2 Realizar o curso presencialmente na cidade de Florianópolis – SC, nos dias **18, 19 e 20 de março**, no local e horário previamente definidos, garantindo toda a estrutura necessária para a adequada execução das atividades.

15.3 Disponibilizar instrutor(es) devidamente qualificado(s), com comprovada experiência na nova Lei de Licitações e nos sistemas eletrônicos de compras governamentais, assegurando capacidade técnica compatível com o conteúdo programático.

15.4 Apresentar à Contratante, quando solicitado, todos os documentos que comprovem a qualificação do(s) instrutor(es) e a regularidade da empresa, bem como atender prontamente às orientações e determinações da fiscalização do contrato.

15.5 Fornecer aos participantes todo o material didático necessário, em meio físico ou digital, incluindo apostilas, apresentações, exercícios práticos e demais recursos pedagógicos previstos na proposta.

15.6 Garantir a qualidade do curso, zelando pela adequada condução das aulas, pela clareza das exposições, pela atualização do conteúdo e pela compatibilidade com as normas vigentes, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e regulamentos correlatos.

15.7 Registrar a frequência dos participantes e entregar à Contratante, ao término do curso, lista de presença devidamente assinada, bem como certificados individuais de conclusão, contendo carga horária, conteúdo e identificação do instrutor responsável.

15.8 Corrigir, substituir ou complementar, por sua conta e risco, qualquer serviço prestado que apresente falhas, imperfeições ou desconformidades com as obrigações assumidas, no prazo estabelecido pela Contratante.

15.9 Cumprir integralmente as disposições deste Termo de Contrato, do Edital e de sua proposta, bem como observar as orientações emitidas pelo servidor designado para fiscalização.

15.10 Responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários e quaisquer outros decorrentes da execução do objeto, não cabendo à Contratante qualquer responsabilidade por obrigações da Contratada perante terceiros.

16. DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

16.1 Receber provisoriamente o objeto/serviço, disponibilizando local, data, horário e demais condições estabelecidas no Edital;

16.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...

...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...

EM BRANC

...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...

...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

16.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidor especialmente designado;

16.4 Comunicar à Contratada, por escrito, quaisquer imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

16.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à execução do objeto, no prazo e na forma estabelecidos neste Termo;

16.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros decorrente de atos da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17. DA GARANTIA DO PRODUTO

17.1 Considerando a natureza do objeto contratado, de características técnicas específicas e não disponíveis de forma imediata no mercado local, a CONTRATANTE poderá solicitar garantia relativa à adequada execução dos serviços, sempre que constatada a necessidade de resguardar o cumprimento integral das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

17.2 Caso sejam identificadas falhas, omissões ou desconformidades na prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá corrigi-las, complementá-las ou repeti-las, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, no prazo estabelecido pela fiscalização do contrato.

17.3 A garantia abrange a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade técnica do conteúdo ofertado, pela qualificação do(s) instrutor(es), pela fidelidade às normas aplicáveis, especialmente à Lei nº 14.133/2021, e pela entrega de material didático compatível com o curso ministrado.

17.4 A constatação de qualquer falha que comprometa a finalidade do serviço poderá ensejar a exigência de realização de aula complementar, revisão de conteúdo ou aplicação de atividades adicionais, tudo sem custos adicionais à Administração.

17.5 A CONTRATADA responderá por danos decorrentes de erros, omissões, imperfeições ou inadequações verificadas nos serviços, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato e na Lei nº 14.133/2021.

17.6 O cumprimento das obrigações de garantia não afasta a responsabilidade da CONTRATADA quanto às demais disposições contratuais e legais.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1 Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

19. DO REAJUSTE

19.1 Em razão do prazo de vigência do presente contrato, fixado em **30 (trinta) dias**, e considerando a natureza da contratação por **Inexigibilidade de Licitação**, nos termos do art. 74 da **Lei nº 14.133/2021**, os preços contratados serão **fixos e irreeajustáveis** durante toda a vigência contratual.

19.2 Observada a legislação vigente, especialmente o art. 134 da **Lei nº 14.133/2021**, o reajuste somente é admitido após o transcurso mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-

EMBRANC



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



base estabelecida. Assim, **não se aplica reajuste, revisão ou repactuação** neste contrato, em razão de sua curta duração.

19.3 Qualquer alteração extraordinária de valores somente poderá ocorrer mediante formalização de **Termo Aditivo**, nos estritos limites da Lei nº 14.133/2021, não caracterizando reajuste.

20. DAS SANÇÕES:

20.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA, sanções previstas na Lei nº 14.133/21, sempre respeitando o contraditório e ampla defesa.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 O Município de São João da Baliza- RR reserva-se no direito de impugnar os itens adquiridos, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

21.2 Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei Federal 14.133/2021.

21.3 Fica eleito o foro da Comarca de São Luiz - RR como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

São João da Baliza – RR, 23 de fevereiro de 2026.

KELIANY SOUSA TERÇO

APROVO o presente Termo de Referência, estando presentes os elementos essenciais à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

FRANCISCO JOSELIO FREITAS DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO



DESPACHO DOTAÇÃO

Em atendimento a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, informamos a existência de crédito orçamentário para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR, conforme especificações do Termo de Referência:

A despesa será consignada à seguinte dotação orçamentária:

Unidade **02.06.00**

Atividade: **12.361.4000.2027.0000 - Manutenção de das Atividades da Educação – MDE**

Elemento de despesa: **3.3.90.39.00 – Pessoa Jurídica**

Fonte Recursos: **1.500.0000-200 000**

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

São João da Baliza – RR, 27 de fevereiro de 2026.

Atenciosamente,

FRANCISCO JOSELIO FREITAS DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

EM BRANC



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
GABINETE DA PREFEITA



AUTORIZAÇÃO

Em atendimento a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, conforme se constante no despacho anexado, autorizo a abertura do procedimento licitatório visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR**, autorizo a abertura do processo 098/2026.

Exercício: 2026

Unidade 02.06.00

Atividade: 04.121.2101.2004.0000

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 – Pessoa Jurídica

Fonte Recursos: RECURSO PRÓPRIO

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Tipo de Empenho: GLOBAL

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, São João da Baliza - RR.

São João da Baliza - RR, 02 de março de 2026.

LUIZA MAURA DE FARIA OLIVEIRA
Prefeita Municipal de São João da Baliza/RR
Ordenadora de Despesas



THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

EMBRANC

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY





ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
GABINETE DA PREFEITA



DESPACHO

Á
SEMLIC,

Encaminho os autos do processo nº 098/2026 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, cujo Objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR**, para continuidade do processo.

São João da Baliza/RR, 02 de março de 2026.


ANTONIA ELMA DIAS DA SILVA
Chefe de Gabinete
Decreto xxx/2026

3

10/10/10 10:10:10
10/10/10 10:10:10
10/10/10 10:10:10

E

E

EM BRANC



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
GABINETE DA PREFEITA

Publicado no Diário de Acontecimentos
em 02/01/2026
Antônia Elina Dias da Silva
Chefe de Gabinete
Decreto 010/2026



DECRETO PMSJB Nº 006/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA-RR, ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, conforme preceitua o Art. 87, Inciso VI combinado com o Art. 88 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º NOMEAR o Senhor DAVI ALEXANDRE FERREIRA DOS REIS portador do CPF: 688.531.732-20, ao Cargo de **Agente de Contratação** na Prefeitura Municipal de São João da Baliza-RR.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São João da Baliza- RR, 02 de janeiro de 2026.

Publique-se;
Cientifique-se;
Cumpra-se;


LUIZA MAURA DE FARIA OLIVEIRA
Prefeita de São João da Baliza/RR

CONFERE COM ORIGINAL



Av. São Paulo, nº 1077 – Centro – São João da Baliza - RR
CNPJ nº 04.056 248/0001-25

CONFEE CON CARBAM

EMBRANC



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS



AUTUAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 098/2026

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE nº 002/2026, de acordo com a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR

AUTUAÇÃO.

Hoje, nesta cidade, na sala da SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS - SEMLIC, **AUTUO** o presente processo licitatório sob o nº 098/2026, do que para constar, lavrei este termo. Eu, **DAVI ALEXANDRE FERREIRA DOS REIS**, Agente de contratação, o subscrevo.

São João da Baliza/RR, 03 de março de 2026.

Davi Alexandre Ferreira dos Reis
AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PMSJB/RR

EMBRANC



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS



JUSTIFICATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 098/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 002/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR.

A Secretaria Municipal de Licitações e Convênios e Contratos da Prefeitura Municipal de São João da Baliza, instituída pelo decreto nº 038/2025 de 20 de janeiro de 2025, manifesta-se acerca da contratação direta, para a **ABERTURA DE PROCESSO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR**, conforme termo de referência, fundamentada a contratação em INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, Art. 74 Inc. III da Lei nº 14.133/2021.

Em observância a determinação constante no dispositivo legal ora focado passamos a analisar a viabilidade da contratação em pleito.

DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO – INEXIGIBILIDADE

De acordo com Art. 74 da Lei nº 14.133/2021 os contratos celebrados pela Administração Pública são precedidos através da realização prévia de Processo de Licitação Pública. Excepcionando esta regra, o nosso ordenamento jurídico dispõe a possibilidade de celebração do contrato sem a realização de Processo de Licitação, quando o objeto pleiteado se enquadrar nos casos de dispensa e **inexigibilidade**.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS

Quanto a inexigibilidade, o artigo Art. 74 da Lei nº 14.133/2021 indica três hipóteses, sem excluir outras, devendo sempre existir a comprovação da **inviabilidade de competição**. Considerando que a realização do serviço, inviabiliza a possibilidade de competição, uma vez que há a existência de peculiaridade no interesse público. Vejamos o disposto no artigo 74, inciso III:

Art. 74 da Lei nº 14.133/2021 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

*III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*

A presente justificativa tem por finalidade subsidiar o processo de contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, para a contratação de empresa especializada para ministrar curso completo de licitações (lei 14.133/21), com formação e de agente de contratação, pregoeiros, equipe de apoio e analista de licitações, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de São João da Baliza – RR.

1- JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação tem como objetivo atender a demanda da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de São João da Baliza – RR, de obter serviços especializados de curso de treinamento, formação e capacitação de agente de contratação, pregoeiro, equipe de apoio e analista de licitações na lei 14.133.

A complexidade das demandas vinculadas às contratações públicas na atualidade exige conhecimento técnico especializado, especialmente diante da vigência plena da Lei nº 14.133/2021, que substituiu os antigos marcos legais de licitações no Brasil. É fundamental que os servidores responsáveis pelos processos de aquisição de bens, serviços e obras estejam capacitados quanto aos aspectos legais, operacionais e tecnológicos da nova legislação,

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637
TEL: 773-936-5000
FAX: 773-936-5001
WWW.CHICAGO.EDU

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637
TEL: 773-936-5000
FAX: 773-936-5001
WWW.CHICAGO.EDU

EMBRANC

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637
TEL: 773-936-5000
FAX: 773-936-5001
WWW.CHICAGO.EDU

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637
TEL: 773-936-5000
FAX: 773-936-5001
WWW.CHICAGO.EDU

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637
TEL: 773-936-5000
FAX: 773-936-5001
WWW.CHICAGO.EDU

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637
TEL: 773-936-5000
FAX: 773-936-5001
WWW.CHICAGO.EDU





ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS



incluindo o controle e conformidade dos atos administrativos, a correta instrução processual.

A atuação de profissionais devidamente qualificados é indispensável para assegurar que os recursos públicos sejam aplicados de forma eficiente, legal e transparente, evitando prejuízos à administração municipal e fortalecendo os princípios constitucionais da administração pública cito a Secretaria de Municipal de Administração e Planejamento.

O principal objetivo da presente contratação é proporcionar aos gestores e servidores públicos do Município de São João da Baliza – RR uma solução moderna e eficaz de capacitação, que permita o domínio técnico-operacional necessário para atuação como agente de contratação, pregoeiro ou membro da equipe de apoio. Através de conteúdo estruturado com base na nova legislação, em matrizes de informações gerenciais, simulações práticas e estudos de caso, o curso proporcionará subsídios para a tomada de decisão qualificada, promovendo uma gestão pública mais estratégica, transparente e responsável.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação se enquadra na hipótese de inexigibilidade de licitação, prevista no art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que dispõe:

"Art. 74. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III - contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação."

3. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A escolha da empresa INFORMAÇÕES EXPRESSAS DE LICITAÇÕES LTDA, CNPJ Nº 01.095.841/0001-92 como fornecedora baseia-se em:

A notória especialização é verificada por meio de desempenho anterior, organização, técnica, resultados de serviços anteriores, sendo o trabalho essencial e indiscutivelmente mais

the first of these is the fact that the
material is of a very high quality,
and the second is that it is of a very
high quality.

It is of a very high quality, and it is of a very
high quality.

The first of these is the fact that the
material is of a very high quality,
and the second is that it is of a very
high quality.

It is of a very high quality, and it is of a very
high quality.

EMBRANC

The first of these is the fact that the
material is of a very high quality,
and the second is that it is of a very
high quality.

It is of a very high quality, and it is of a very
high quality.





ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS



adequado à plena satisfação das necessidades do Poder Executivo, consoante identificam os atestados de capacidade técnica da empresa e notória especialização de seu representante, anexadas ao procedimento em exame, através da prestação de serviços similares realizados com outros Órgãos, sendo suficientes para atestar a notória especialização. Ainda, trata-se de empresa conceituados no ramo de atuação em virtude das características na forma de atuação em outros entes públicos.

Em observância a esses requisitos impostos por lei, a administração não se esquivou dessa obrigação, tendo em vista que todos os requisitos foram cumpridos, sendo demonstrados nos autos do processo e nessa justificativa de inexigibilidade com todos os fundamentos legais trazidos pela doutrina e jurisprudência, vejamos:

- Nessa toada, a inexigibilidade de licitação ocorre quando há inviabilidade de competição, ou seja, quando é impossível promover-se a competição, tendo em vista que os contendores criaram uma grade específica, tal que o tornam único, exclusivo, sui generis, inibindo os demais pretensos participantes. Há, portanto, impossibilidade de ser realizado o procedimento de competitividade para contratação da proposta mais vantajosa para a Administração.

Desse modo, a ausência de licitação somente se admite por exceção, nos casos indicados em lei, ressalta-se, que os dispositivos legais prevendo hipóteses de dispensa ou inexigibilidade devem sofrer interpretação estrita (sem alargamento do conteúdo), privilegiando-se sempre a ampla disputa entre os interessados.

Conceituando, genericamente, a inexigibilidade de licitação, DIÓGENES GASPARINI estabelece que:

“é a circunstância de fato encontrada na pessoa que se quer contratar, ou com quem se quer contratar, que impede o certame, a concorrência; que impossibilita o confronto das propostas para os negócios pretendidos por quem, em princípio, está obrigado a licitar, e permite a contratação direta, isto é, sem a prévia licitação. Assim, ainda que a Administração desejasse a licitação, esta seria inviável ante a absoluta ausência de concorrentes. Com efeito, onde não há disputa ou competição não há licitação. É

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637
TEL: 773-936-5000
FAX: 773-936-5001
WWW.CHICAGO.EDU

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637
TEL: 773-936-5000
FAX: 773-936-5001
WWW.CHICAGO.EDU

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637
TEL: 773-936-5000
FAX: 773-936-5001
WWW.CHICAGO.EDU

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637
TEL: 773-936-5000
FAX: 773-936-5001
WWW.CHICAGO.EDU

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637
TEL: 773-936-5000
FAX: 773-936-5001
WWW.CHICAGO.EDU

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1207 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637
TEL: 773-936-5000
FAX: 773-936-5001
WWW.CHICAGO.EDU





ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS



uma particularidade da pessoa que se quer contratar, encontrável, por exemplo, no profissional de notória especialização e no artista consagrado pela crítica especializada. É circunstância encontrada na pessoa com quem se quer contratar a qualidade de ser proprietária do único ou de todos os bens existentes."

Em decorrência do elevado nível de subjetividade envolvido, a questão da precificação é relevante para a análise da contratação direta por via de inexigibilidade, de modo que se evitam exorbitâncias e valores incompatíveis com o erário municipal, o que também foi avaliado.

Assim, verifica-se que o mesmo apresenta características que impedem a instauração de critérios objetivos de competição e escolha, inviabilizando com isto a instauração do processo de licitação.

4. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O preço unitário do curso, por participante é de R\$ 4.999,00 (Quatro mil, novecentos e noventa e nove reais), coaduna-se com o objeto da contraprestação pretendida pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento do Município de São João da Baliza – RR, diante das necessidades de curso de formação, para os agentes de contratação, pregoeiros e equipe de apoio dessa Administração. Para cotejar o preço proposto, foi levantado o valor da empresa e quanto o preço do serviço que será prestado, será justificado de acordo com termo de referência.

5. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, encaminha-se a presente justificativa à autoridade competente, para fins de reconhecimento da situação de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, nos termos do art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, visando à contratação direta da INFORMAÇÕES EXPRESSAS DE LICITAÇÕES LTDA, pelo valor unitário de cada participante é de R\$ 4.999,00 (Quatro mil, novecentos e noventa e nove reais), totalizando o preço de R\$ 4.999,00 (Quatro mil, novecentos e noventa e nove reais) com vigência de 30 (trinta) dias.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS



Submetemos ao crivo da Procuradoria Geral do Município de São João da Baliza para que se posicione juridicamente a respeito da possibilidade de contratação nos termos indicados acima, bem como, se manifeste com relação à adequação da minuta do contrato a ser firmado com as disposições constantes no Art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

São João da Baliza/RR, 03 de março de 2026

Davi Alexandre Ferreira dos Reis
Agente de Contratação

EMBRANC



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONVÊNIO E CONTRATOS

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO, QUE
FAZEM ENTRE SI PREFEITURA
MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA
BALIZA E A EMPRESA XXXXX.

Pelo presente instrumento contratual, que firmam a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 04.056.248/0001-25, com endereço na Avenida Av. São Paulo, 1077 - Centro em São João da Baliza/RR, CEP: 69.375-000, neste ato representado pela **Sr. xxxxx** brasileiro, portador do CPF _____, Portador da cédula de identidade nº _____, residente e domiciliado nesta cidade de São João da Baliza-RR, denominado **CONTRANTE** e do outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____/____-____, com sede à Rua _____, nº _____, na Cidade, Estado de _____, neste ato representada pelo(a) seu(ua) Sócio(a) Administrador(a), o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ SSP/_____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____-____-____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do Processo Administrativo nº XXXX/2026, Inexigibilidade nº XXX/2026, regido pela Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, pelo Termo de Referência, pelo Termo de Justificativa, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR., conforme especificações, descrição e quantitativo estabelecidos no Projeto Básico.

1.1. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital desta concorrência publica, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O presente contrato terá o prazo de vigência conforme consta no Termo de Referência, prorrogável na forma da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, conforme descrição a Nota de Empenho nº XXXX/XXX de /2026.

EMBRANC





ESTADO DE RORAIMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONVÊNIO E CONTRATOS

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Não será admitido reajuste de preço durante a vigência do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO SERVIÇO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão ou Fiscal designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. A Rescisão referente à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. O prazo contratual poderá ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, de acordo com o interesse e a necessidade da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, com as devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO:

15.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de São Luiz do Anauá/RR, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando- o em 3 (três) vias de igual teor e forma.

São João da Baliza/RR, XX de XXXXXX de XXXX.

PELO CONTRATANTE:

10/10/10

10/10/10

10/10/10

10/10/10

10/10/10

10/10/10

10/10/10

10/10/10

10/10/10

10/10/10

10/10/10

10/10/10

10/10/10

10/10/10





ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONVÊNIO E CONTRATOS



LUIZA MAURA DE FARIA OLIVEIRA
PREFEITA MUNICIPAL

PELO CONTRATADO:
XXXXXXXXXXXX CNPJ

TESTEMUNHA:
NOME: CPF
NOME: CPF

EMBRANC



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES CONTRATOS E CONVÊNIOS



São João da Baliza/RR, 05 de março de 2026.

Da: Secretaria Municipal de Licitações Contratos e Convênios.
Para: Assessoria Jurídica.



Processo Administrativo: 098/2026.

Em conformidade com o **artigo 53 da Lei nº 14.133, de 21**, solicito a emissão de parecer jurídico para que seja demonstrado o atendimento dos requisitos exigidos para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR**. Na hipótese, sendo o parecer jurídico favorável, encaminhar para Secretaria de Controle Interno para análise e elaboração de parecer.

Atenciosamente,

LUIS PAULO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Licitações, Contratos e Convênios
Decreto nº XXX/2026

EM BRANC



Estado de Roraima
Prefeitura Municipal de São João da Baliza
Procuradoria Geral do Município



PARECER JURÍDICO – PGM

PROCESSO N. 0067/2026

SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS DE SÃO JOÃO DA BALIZA-RR

ÓRGÃO DEMANDANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. INEXIGIBILIDADE. CURSOS DE CAPACITAÇÃO, ABERTOS OU FECHADOS, CONGRESSOS OU SEMINÁRIOS.

I - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. ART. 74, INCISO III, ALÍNEA “F” C/C ART. 6º, XVIII, ALÍNEA “F” C/C ART. 72, TODOS DA LEI Nº 14.133, DE 2021.

II - CONTRATAÇÕES DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO, ABERTOS OU FECHADOS, CONGRESSOS OU SEMINÁRIOS.

III - REGULARIDADE JURÍDICA DA CONTRATAÇÃO DIRETA.

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo encaminhado a este órgão consultivo, para análise da regularidade jurídica da contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, para inscrição de 1 (um) servidor no curso **COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/2021). COM FORMAÇÃO DE AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES**, a ser realizado pela empresa **INFORMAÇÕES EXPRESSAS DE LICITAÇÃO LTDA** com CNPJ 01.095.841/0001-92, que será realizado na cidade de Florianópolis – SC, nos dias 18, 19 e 20 do mês de março do corrente ano.

Consta nos autos os seguintes documentos para instrução processual:

- Termo de Abertura do Processo;
- Documento de Formalização de Demanda;

FINANCIAL

F-MR-07

[illegible]



Estado de Roraima
Prefeitura Municipal de São João da Baliza
Procuradoria Geral do Município



- Documentação da empresa e de seu representante e contratados
- Estudo Técnico Preliminar;
- Comprovação de preço de mercado por meio de Notas Fiscais da empresa ser contratada;
- Análise de Risco;
- Termo de Referência;
- Autorização da Gestora com dotação orçamentária;
- Justificativa para Contratação da empresa;
- Demonstração por meio de Nota Fiscal preço de mercado;
- Termo de Referência;
- Minuta de Contrato;
- Autos despachado para PGM;

Assim, os autos foram encaminhados para esta PGM.

Eis o relatório e passo a opinar.

II - DA ANÁLISE JURÍDICA

Preambularmente, é importante destacar que a presente dispensa de licitação será nos termos da Lei nº 14.133/21. A submissão das dispensas de licitações, na Lei 14.133/2021, possui amparo, respectivamente, em seu artigo 53, §1º, inciso I e II c/c o artigo 72, inciso III, que assim dispõem:

“Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§1º - Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica. ”

1. This part of BS 5400 specifies the minimum requirements for the design and construction of steelwork for buildings, including the design and construction of steelwork for the roof and floor slabs, and the design and construction of steelwork for the walls and columns.

2. This part of BS 5400 also specifies the minimum requirements for the design and construction of steelwork for the roof and floor slabs, and the design and construction of steelwork for the walls and columns.

3. This part of BS 5400 also specifies the minimum requirements for the design and construction of steelwork for the roof and floor slabs, and the design and construction of steelwork for the walls and columns.

4. This part of BS 5400 also specifies the minimum requirements for the design and construction of steelwork for the roof and floor slabs, and the design and construction of steelwork for the walls and columns.

5. This part of BS 5400 also specifies the minimum requirements for the design and construction of steelwork for the roof and floor slabs, and the design and construction of steelwork for the walls and columns.

6. This part of BS 5400 also specifies the minimum requirements for the design and construction of steelwork for the roof and floor slabs, and the design and construction of steelwork for the walls and columns.

2. REFERENCES

BS 5400-1:1991

BS 5400-2:1991

BS 5400-3:1991

BS 5400-4:1991

BS 5400-5:1991

BS 5400-6:1991

BS 5400-7:1991

BS 5400-8:1991

BS 5400-9:1991

BS 5400-10:1991

BS 5400-11:1991

BS 5400-12:1991

BS 5400-13:1991

BS 5400-14:1991

BS 5400-15:1991





Estado de Roraima
Prefeitura Municipal de São João da Baliza
Procuradoria Geral do Município



“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

(...)

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos”.

Nesse sentido, a presente análise tem a finalidade de verificar a conformidade do procedimento, com as disposições fixadas na nova Lei de licitações, em especial no que tange a possibilidade legal de contratação direta dos serviços, tendo por fundamento no artigo 74, inc. I, da Lei nº 14.133/2021.

Preliminarmente, cumpre esclarecer que, a presente manifestação limitar-se-á à dúvida estritamente jurídica “in abstracto”, ora proposta e, aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômico-financeiros e quanto a outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração.

Inclusive, entendimento do Tribunal de Contas da União afirma que não é da competência do parecerista jurídico a avaliação de aspectos técnicos da licitação. Acórdão 1492/2021 – TCU PLENÁRIO, vejamos:

Embora seja razoável a expectativa de que os pareceristas verificassem se o instrumento continha critérios de avaliação referentes a eventuais métodos executivos diferenciados propostos pelas licitantes, há que se sopesar que não era sua responsabilidade a avaliação de aspectos técnico-econômicos do edital.

Da leitura do Parecer 96/2015/AJUR, os procuradores deixaram claro que sua análise tinha cunho estritamente jurídico, não adentrando o mérito da discussão suscitada pela CGU. Em acréscimo, houve preocupação dos pareceristas em registrar a divergência entre a nota técnica da CGU e o posicionamento do órgão técnico do estado de Rondônia e em destacar que cabe exclusivamente ao gestor a opção pelo regime de contratação (peça 152, p. 169) .

Diante desse cenário e do fato de não ter sido identificado dolo ou erro grosseiro nos pareceres jurídicos emitidos pelos procuradores do estado

THE HISTORY OF THE EM BRANCH

The history of the EM Branch is a story of growth and achievement. It began in 1950 with a small group of dedicated individuals who shared a common vision of excellence and innovation.

THE FOUNDING YEARS

In the early years, the EM Branch focused on building a strong foundation. Through hard work and collaboration, they established a reputation for quality and reliability. The initial challenges were met with determination and a commitment to excellence.

EXPANSION AND GROWTH

As the EM Branch grew, it expanded its reach and capabilities. New projects and initiatives were undertaken, leading to significant milestones and achievements. The organization continued to evolve and adapt to the changing landscape.

ACHIEVEMENTS AND MILESTONES

Over the years, the EM Branch has achieved numerous milestones and accomplishments. These include the completion of major projects, the receipt of awards and recognition, and the growth of the organization's membership.

MEMBERSHIP

The EM Branch is proud to have a diverse and dedicated membership. Members are encouraged to actively participate in the organization's activities and contribute to its success. The EM BRANCH logo is prominently displayed on the page.

CONTACT INFORMATION

For more information about the EM Branch, please contact us at [contact details]. We are always happy to hear from our members and the public.

OUR COMMITMENT TO EXCELLENCE

The EM Branch is committed to providing the highest quality of service and support to our members. We strive for continuous improvement and innovation in all our activities.

ABOUT THE EM BRANCH

The EM Branch is a non-profit organization dedicated to promoting excellence and innovation in the field of [field]. We are proud to be a part of this community.

JOIN THE EM BRANCH TODAY

Join the EM Branch today and become part of a community of excellence. We offer a variety of membership options to suit your needs.





Estado de Roraima
Prefeitura Municipal de São João da Baliza
Procuradoria Geral do Município



de Rondônia, concordo com o posicionamento da unidade instrutora no sentido de que devem ser acolhidas as razões de justificativa apresentadas.

Ante o exposto, voto por que o Tribunal adote a minuta de acórdão que submeto à deliberação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 23 de junho de 2021.

Ministro BRUNO DANTAS

Relator

Por essa razão, a emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

A norma citada acima é fundamental para assegurar a correta aplicação do princípio da legalidade, para que os atos administrativos não contenham estipulações que contravenham à lei, posto que, o preceito da legalidade é, singularmente, relevante nos atos administrativos.

Assim, se faz necessário o exame prévio, para que a Administração não se sujeite a violar um princípio de direito, o que é severamente tão grave como transgredir uma norma.

III – DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A exigência de licitação decorre da necessidade de obtenção da melhor contratação, com a escolha da proposta mais vantajosa à Administração. Saliente-se, ademais, que o artigo 37, XXI da Constituição Federal, o processo licitatório segundo o art. 11 da Lei 14.133/2021, tem como finalidade:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

Vol. 100, Part 2, 1970

THE JOURNAL OF THE
ROYAL ANTHROPOLOGICAL INSTITUTE
OF GREAT BRITAIN AND IRELAND
PUBLISHED BY THE INSTITUTE
11 BEDFORD SQUARE, LONDON, W.C.1

CONTENTS

THE JOURNAL OF THE
ROYAL ANTHROPOLOGICAL INSTITUTE
OF GREAT BRITAIN AND IRELAND
PUBLISHED BY THE INSTITUTE
11 BEDFORD SQUARE, LONDON, W.C.1

THE JOURNAL OF THE
ROYAL ANTHROPOLOGICAL INSTITUTE
OF GREAT BRITAIN AND IRELAND
PUBLISHED BY THE INSTITUTE
11 BEDFORD SQUARE, LONDON, W.C.1

THE JOURNAL OF THE
ROYAL ANTHROPOLOGICAL INSTITUTE
OF GREAT BRITAIN AND IRELAND
PUBLISHED BY THE INSTITUTE
11 BEDFORD SQUARE, LONDON, W.C.1

THE JOURNAL OF THE
ROYAL ANTHROPOLOGICAL INSTITUTE
OF GREAT BRITAIN AND IRELAND
PUBLISHED BY THE INSTITUTE
11 BEDFORD SQUARE, LONDON, W.C.1

THE JOURNAL OF THE
ROYAL ANTHROPOLOGICAL INSTITUTE
OF GREAT BRITAIN AND IRELAND
PUBLISHED BY THE INSTITUTE
11 BEDFORD SQUARE, LONDON, W.C.1

THE JOURNAL OF THE
ROYAL ANTHROPOLOGICAL INSTITUTE
OF GREAT BRITAIN AND IRELAND
PUBLISHED BY THE INSTITUTE
11 BEDFORD SQUARE, LONDON, W.C.1

THE JOURNAL OF THE
ROYAL ANTHROPOLOGICAL INSTITUTE
OF GREAT BRITAIN AND IRELAND
PUBLISHED BY THE INSTITUTE
11 BEDFORD SQUARE, LONDON, W.C.1

THE JOURNAL OF THE
ROYAL ANTHROPOLOGICAL INSTITUTE
OF GREAT BRITAIN AND IRELAND
PUBLISHED BY THE INSTITUTE
11 BEDFORD SQUARE, LONDON, W.C.1





Estado de Roraima
Prefeitura Municipal de São João da Baliza
Procuradoria Geral do Município



I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.
Parágrafo único. A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no caput deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações

Mesmo sendo obrigatório, a lei prevê a possibilidade de lei ordinária fixar hipóteses em que a licitação deixa de ser obrigatória.

É importante esclarecer que, há situações em que a Administração recebe da Lei o comando para contratação direta; há outras em que a Administração recebe da lei autorização para deixar de licitar, se assim entender conveniente ao interesse social e sua urgência, desde que obedecidas às normas legais; há hipóteses em que a Administração defronta-se com a inviabilidade fática para licitar, anuindo à lei em que é inexigível fazê-lo; e há um caso em que à Administração é defeso licitar, por expressa vedação da Lei.

A Carta Magna prevê no âmbito da Administração Pública, além de obediência a princípios constitucionais como o da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, em seu artigo 37, inciso XXI, contratação por intermédio de licitação pública, senão vejamos:

Artigo 37, XXI – “ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública (...)”.

Nesse sentido temos os ensinamentos do jurista Jessé Torres Pereira Júnior (in Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, Renovar, 3ª Edição, pp. 172 e 173)

“O conceito de inexigibilidade de licitação cinde os intérpretes em duas respeitáveis vertentes: (a) a lei descreve hipóteses ilustrativas e admite que de outras, não previstas, possa decorrer a inviabilidade de competição, de forma a configurar a inexigibilidade; mas as hipóteses



Estado de Roraima
Prefeitura Municipal de São João da Baliza
Procuradoria Geral do Município



relacionadas na lei, pelo só fato de constarem da lei, caracterizam a inexigibilidade sempre que ocorrerem, independentemente de, no caso concreto, ser ou não viável a competição; (b) a lei descreve hipóteses que, além de ilustrativas, somente caracterizam a inexigibilidade se, no caso concreto, a competição for inviável; sendo viável, a licitação é de rigor, posto que o traço distintivo entre a exigibilidade e a inexigibilidade é a viabilidade de estabelecer-se, ou não, a disputa.”

Especificamente acerca das hipóteses de inexigibilidade, a contratação direta será possível quando houver inviabilidade de competição, que decorre da falta de um pressuposto lógico da licitação: a própria concorrência, ou seja, não se mostra razoável exigir da Administração Pública a realização de um procedimento licitatório se desde já é sabido a quem será direcionada a contratação.

A inexigibilidade, nas palavras de Marçal Justen Filho, é uma “imposição da realidade extranormativa” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de Licitações e Contratos Administrativos, 18. ed. São Paulo: RT, 2019, p. 594).

Como decorrência disso, o rol dos incisos do artigo 74 da Lei nº 14.133 se afigura como meramente exemplificativo – “*numerus apertus*”. Isso porque é impossível sistematizar todos os eventos dos quais decorrem uma inviabilidade de competição.

Dentre as hipóteses de contratação direta por inexigibilidade, destaca-se, para os propósitos deste parecer, com esboço no artigo 74, inciso III, “f” da Lei n. 14.133/21, *in verbis*:

art. 74 (...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

A Lei 14.133/2021, em seu art. 74, § 3º, define notória especialização como a qualidade do profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu

EMBRANC



Estado de Roraima
Prefeitura Municipal de São João da Baliza
Procuradoria Geral do Município



trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto contratado.

A documentação acostada prova experiência, mas ainda não exaure a prova da "essencialidade" diferenciada.

Tal serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual deve ser prestado por profissionais ou empresas de notória especialização. O conceito do que é notória especialização é trazido pela própria lei no inciso XIX do seu art. 6º e no §3º do art. 74:

Art. 6º

XIX: Notória especialização: **qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito**, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato;

Art. 74

§3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Como observam Gustavo Justino de Oliveira e Gustavo Henrique Carvalho Schiefler, na obra *Contratação de serviços técnicos especializados por inexigibilidade de licitação pública*. Curitiba: Zênite, 2015. p. 103-104 citado por Felipe Boselli (Ob. cit. p. 74), tal condição exige do gestor público uma motivação profunda e que indique, com a razoabilidade da seleção, as justificativas que comprovem que a escolha feita pelo gestor atende ao interesse público. Tal imperativo inclusive, é trazido na própria Lei de Introdução das Normas do Direito Brasileiro:

Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.

Essa posição é consagrada por Celso Antônio Bandeira de Mello (2004, p. 507) que, com precisão, esclarece:

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...





Estado de Roraima
Prefeitura Municipal de São João da Baliza
Procuradoria Geral do Município



É natural, pois, que, em situações deste gênero, a eleição do eventual contratado — a ser obrigatoriamente escolhido entre os sujeitos de reconhecida competência na matéria — recaia em profissional ou empresa cujos desempenhos despertem no contratante a convicção de que, para o caso, serão presumivelmente mais indicados do que os de outros, despertando-lhe a confiança de que produzirá a atividade mais adequada para o caso. Há, pois, nisto, também um componente inelimitável por parte de quem contrata. No mesmo sentido a jurisprudência:

Vale observar que a notória especialização não é extraída da simples opinião do gestor, **mas sim derivada do reconhecimento do profissional** ou da **empresa** no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, documentos estes que demonstrem de forma objetiva que o trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto em análise.

Dessa forma, verifica-se que a empresa a ser contratada, **já atua no mercado, realizando o serviço pretendido, bem como, sua equipe técnica tem qualificação para prestar os serviços com se vislumbra-se nas informações constantes nos autos, notas fiscais, certificados do palestrante.**

Dessa forma, verifica-se a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021, para uma vaga no referido curso de capacitação, tendo em vista a necessidade de capacitação e aperfeiçoamento do servidor desta Municipalidade por meio de evento de notória especialização.

IV. DA MINUTA DO CONTRATO

Ademais, **consta nos autos a minuta contratual**, conforme determinada no art. 53 da NLCC.

Todavia, a referida minuta, encontra-se atendendo as regras contidas no art. 92 da Lei 14.133/2021, vejamos:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
- III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

Vol. 100, Part 2, 1970

Edited by Sir J. H. Huxley, F.R.S., and Sir A. J. E. Cave, F.R.S.

London

Published by the Royal Anthropological Institute, 21, BEDFORD SQUARE, LONDON, W.C.1

Subscription price, £12.00 per annum in advance

Single parts, £3.00 each, plus postage

Second-class postage paid at New York, N.Y.

Postmaster: send address changes in U.S.A. and Canada to The Journal of the Royal Anthropological Institute, 21, Bedford Square, London, W.C.1, U.K.

1970

For advertisement rates and other information, apply to the publishers

Printed by the Royal Anthropological Institute

Published by

the Royal Anthropological Institute, 21, Bedford Square, London, W.C.1, U.K.

Subscription price, £12.00 per annum in advance

Single parts, £3.00 each, plus postage

For advertisement rates and other information, apply to the publishers

Printed by the Royal Anthropological Institute

Published by the Royal Anthropological Institute, 21, Bedford Square, London, W.C.1, U.K.

Subscription price, £12.00 per annum in advance

Single parts, £3.00 each, plus postage

For advertisement rates and other information, apply to the publishers





Estado de Roraima
Prefeitura Municipal de São João da Baliza
Procuradoria Geral do Município



- IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
- VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
- VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- IX - a matriz de risco, quando for o caso;
- X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
- XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
- XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
- XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
- XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
- XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;
- XIX - os casos de extinção.



Estado de Roraima
Prefeitura Municipal de São João da Baliza
Procuradoria Geral do Município



Por fim, a referida minuta encontra-se dentro do padrão e o exigido na norma contratual.

Outrossim, importante frisar que a presente contratação é uma entrega direta e o valor de pouco vulto, podendo a forma de contratação por meio de carta-contrato, nota de empenho de despesa na forma do artigo 95 da Lei Federal n. 14.133/2021, vejamos:

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

§ 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 desta Lei.

§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Dessa forma, fica evidente a possibilidade da contratação ser realizada por meio de nota de empenho, observando as regras contidas no Termo de Referência.

Nesse sentido temos a jurisprudência:

TCE-MG — CONSULTA 1127049 — Publicado em 18/10/2023

O Tribunal de Contas de Minas Gerais firmou o entendimento de que, na hipótese de dispensa de licitação por valor, a Administração pode realizar compras diretas pela internet, desde que atendidos os requisitos legais e adotadas boas práticas para mitigar riscos.

V - DO PREÇO PARA CONTRATAÇÃO

O preço para aquisição da vaga no curso é de **R\$ 4.999,00 (quatro mil e novecentos e noventa e nove reais)** conforme se extrai do Termo de Referência elaborado pelo setor demandante, se deu em análise por meio das notas fiscais apresentadas pela empresa a ser contratada. Assim, a pesquisa de preços foi efetivada na forma do art. 23 da Lei nº. 14.133/21, mostrando-se satisfatória.

The first of these is the fact that the
... the second is the fact that the
... the third is the fact that the

THE JOURNAL OF THE

The first of these is the fact that the
... the second is the fact that the
... the third is the fact that the

The first of these is the fact that the
... the second is the fact that the
... the third is the fact that the

The first of these is the fact that the
... the second is the fact that the
... the third is the fact that the

The first of these is the fact that the
... the second is the fact that the
... the third is the fact that the

The first of these is the fact that the
... the second is the fact that the
... the third is the fact that the

The first of these is the fact that the
... the second is the fact that the
... the third is the fact that the

The first of these is the fact that the
... the second is the fact that the
... the third is the fact that the

The first of these is the fact that the
... the second is the fact that the
... the third is the fact that the





Estado de Roraima
Prefeitura Municipal de São João da Baliza
Procuradoria Geral do Município



Assim, em atenção ao comando legal que determina a verificação de existência de recursos financeiros previamente à realização da contratação, consta nos autos que há previsão de crédito orçamentário para suportar tal despesa, **conforme despacho contido no presente feito.**

VI – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Ademais, o artigo 18, incisos I a XI, da Lei n.º 14.133/2021, estabelecem as regras a serem seguidas pela administração para realização do procedimento licitatório, cuja redação é a seguinte:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor

The Journal is published for the American Medical Association, 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill. 60610. Second-class postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices. Postmaster: Send address changes in this journal to the American Medical Association, 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill. 60610.

The Journal is published weekly, except on Sundays, and on the 1st and 15th of each month. The subscription price is \$5.00 per annum in advance. The Journal is published for the American Medical Association, 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill. 60610.

The Journal is published for the American Medical Association, 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill. 60610. Second-class postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices. Postmaster: Send address changes in this journal to the American Medical Association, 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill. 60610.

The Journal is published for the American Medical Association, 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill. 60610. Second-class postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices. Postmaster: Send address changes in this journal to the American Medical Association, 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill. 60610.

The Journal is published for the American Medical Association, 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill. 60610. Second-class postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices. Postmaster: Send address changes in this journal to the American Medical Association, 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill. 60610.

The Journal is published for the American Medical Association, 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill. 60610. Second-class postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices. Postmaster: Send address changes in this journal to the American Medical Association, 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill. 60610.

The Journal is published for the American Medical Association, 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill. 60610. Second-class postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices. Postmaster: Send address changes in this journal to the American Medical Association, 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill. 60610.

The Journal is published for the American Medical Association, 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill. 60610. Second-class postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices. Postmaster: Send address changes in this journal to the American Medical Association, 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill. 60610.

The Journal is published for the American Medical Association, 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill. 60610. Second-class postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices. Postmaster: Send address changes in this journal to the American Medical Association, 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill. 60610.

The Journal is published for the American Medical Association, 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill. 60610. Second-class postage paid at Chicago, Ill., and at additional mailing offices. Postmaster: Send address changes in this journal to the American Medical Association, 535 North Dearborn Street, Chicago, Ill. 60610.





Estado de Roraima
Prefeitura Municipal de São João da Baliza
Procuradoria Geral do Município



12

técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei

O **Estudo Técnico Preliminar** é o documento que compõe a primeira etapa do planejamento da contratação, caracterizando o interesse público envolvido e dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados, caso se conclua pela continuidade do processo de contratação.

Quando elaborado de forma correta, o ETP pode reduzir o risco de a Administração contratar algo que seja inviável tecnicamente, economicamente e ambientalmente, ou que não atenda, de maneira adequada, às necessidades do órgão ou entidade.

Uma das inovações trazidas pela Lei 14.133/2021 é a obrigatoriedade do Estudo Técnico Preliminar em todas as modalidades licitatórias na fase preparatória, mesmo sendo a regra, existem situações em que este requisito é dispensável, vejamos o que traz o parágrafo 3º da Nova Lei de Licitações:

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

VII - DO TERMO DE REFERÊNCIA

O Termo de Referência, traz no seu bojo, os dados principais necessários para conhecimento, que seja descrição do objeto pretendido, prazo de vigência contratual, descrição de como os serviços a serem executados, preço e forma de pagamento, bem como, as obrigações das partes. Dessa forma, vislumbra-se que atende os requisitos da norma vigente que rege às licitações.

VIII - CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Advocacia-Geral opina pela POSSIBILIDADE JURÍDICA da contratação direta, na modalidade inexigibilidade, nos termos do art. 74, III, "f", da Lei nº 14.133/2021, pelos fundamentos acima expostos.

Ressalta-se que este mero parecer é meramente opinativo, ficando a cargo do gestor maior a realizar o que for de direito.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO LIBRARY





Estado de Roraima
Prefeitura Municipal de São João da Baliza
Procuradoria Geral do Município



13

Por fim, ressalta-se que a **CONTRATAÇÃO PODE SER REALIZADA POR MEIO DE NOTA DE EMPENHO NA FORMA DO ART. 95 DA LEI DE LICITAÇÕES** como já mencionado no presente parecer jurídico.

É o parecer *s.m.j.*

São João da Baliza, 06 de março de 2026.

MATHEUS BRINIER DE ABREU
ASSESSOR JURÍDICO

EMBRANC





ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONVÊNIO E CONTRATOS



DESPACHO

Do: Departamento de Licitação
Para: Controlador Geral
Sr. MAZON FERREIRA RODRIGUES – CONTROLADOR GERAL/PMSJB

Assunto: Solicitação de Parecer

Prezado Senhor,

Encaminhamos os autos do **processo administrativo nº 098/2026**, cujo objeto é a “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR, Fundamentada na Lei nº 14.133/2021.**”

Desde já agradeço. Aguardamos o Parecer.

São João da Baliza/RR, 06 de março de 2026.



JACKES KLEN DE ARAÚJO SILVA

WICKES PTEN DE 28VUHO SIGAY

2014-10-01 10:00:00

2014-10-01 10:00:00

2014-10-01 10:00:00
2014-10-01 10:00:00
2014-10-01 10:00:00
2014-10-01 10:00:00
2014-10-01 10:00:00
2014-10-01 10:00:00
2014-10-01 10:00:00
2014-10-01 10:00:00
2014-10-01 10:00:00
2014-10-01 10:00:00

EMBRANC

2014-10-01 10:00:00

2014-10-01 10:00:00

2014-10-01 10:00:00
2014-10-01 10:00:00
2014-10-01 10:00:00

2014-10-01 10:00:00

2014-10-01 10:00:00
2014-10-01 10:00:00
2014-10-01 10:00:00





ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL



PARECER TÉCNICO – CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR.

Processo Administrativo: Nº 098/2026

Objeto: EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/2021), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR.

Modalidade: INEXIGIBILIDADE Nº 002/2026 – DE ACORDO COM O ARTIGO 74, E INCISO V DA LEI Nº 14.133/2021.

VALOR DA PROPOSTA: R\$ 4.999,00 (Quatro mil novecentos e noventa e nove mil reais).

INTERESSADA: INFORMAÇÕES EXPRESSAS DE LICITAÇÕES LTDA. CNPJ: 01.095.841/0001-92.

REQUERENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – SEMAD.

1. DO CONTROLE INTERNO

Os autos foram encaminhados a esta Controladoria, para análise e pronunciamento e **EMISSION DE PARECER** quanto **AS FORMALIDADES** do procedimento de **INEXIGIBILIDADE Nº 002/2026 – DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133 DE 01 DE ABRIL DE 2021**. Conforme trata o art. 70, CF, vejamos:

Cabe ao **CONTROLE INTERNO** à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas. (art. 70, CF).

Sendo que, as atribuições do Controle Interno estão previstas também na Lei nº 349/2016, 30 de Dezembro 2016, que dispõe sobre a criação de Controle Interno da Prefeitura Municipal de São João da Baliza.

Tendo em vista que a contratação *sub examine*, implica em realização de despesa, resta demonstrada a competência da Controladoria para análise manifestação.

Sendo que como já dito qualquer despesa pública deve atender, em especial, aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, estatuídos no *caput* do art. 37 da Constituição Federal.

Igualmente, deve ter como parâmetro a ser atendido o planejamento orçamentário e financeiro da entidade, bem assim estar expressa e delimitada objetivamente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na respectiva Lei Orçamentária (LOA).

Ressalta-se ainda, que a análise em comento toma por base os documentos e informações constantes dos autos concernentes ao processo licitatório, haja vista a presunção de veracidade e legitimidade dos atos administrativos e das informações prestadas pelos agentes públicos envolvidas.

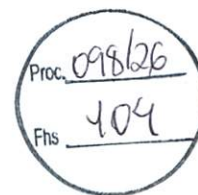
Isto posto, temos:

[Handwritten signature]
Ana Clara

EM BRANCO



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL



2. DOS FATOS

- 2.1. Consta termo de abertura do processo licitatório;
- 2.2. Consta Documento de Formalização da Demanda DFD
- 2.3. Consta Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- 2.4. Consta Proposta comercial;
- 2.5. Consta solicitação de proposta de preços e documentos da empresa INFORMAÇÕES EXPRESSAS DE LICITAÇÕES LTDA. CNPJ: 01.095.841/0001-92.
- 2.6. Consta Termo de Referência e anexos;
- 2.7. Consta Análise de Risco;
- 2.8. Consta despacho de dotação orçamentária;
- 2.9. Consta Autorização da Prefeita Municipal;
- 2.10. Consta autuação do processo administrativo nº 098/2026 e justificativa pela escolha da modalidade de contratação;
- 2.11. Consta justificativa para modalidade de inexibilidade e razão da escolha da empresa;
- 2.12. Consta documentos que comprovam capacidade técnica, notas fiscais de cursos semelhantes e contratos com outros municípios;
- 2.13. Consta minuta do contrato;
- 2.14. Consta Parecer Jurídico se manifestando favorável ao prosseguimento;
- 2.15. A despesa será custeada por meio da dotação orçamentária abaixo discriminada, conforme indicação da Secretaria de Administração:

3. ANÁLISE E RECOMENDAÇÕES

- 3.1. Juntar documentos comprobatórios que serviram de base para obter a quantidade estimada do quantitativo total solicitado, em atendimento ao art. 9º, inciso V, da **Instrução Normativa 58/2022**;
- 3.2. A publicidade do PNCP é condição indispensável para a eficácia do contrato e seus eventuais aditamentos, conforme estabelecido no art. 94, da **Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021**;
- 3.3. Ainda quanto a publicidade, com a criação do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), todas as informações referentes aos acordos e negócios públicos, desde o edital até o contrato celebrado – deverão ser divulgadas no PNCP, com vistas a concretização do princípio da publicidade administrativa e a obrigatoriedade se estende a todos os entes da federação, disposto no art. 174 da **Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021**;
- 3.4. Solicita-se esforço para a implantação do disposto no Decreto Federal nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, que regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da **Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021**, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autarquia e Fundacional;
- 3.5. Verificar antes da liquidação e pagamento a validade das certidões de regularidade fiscal e trabalhista;

[Handwritten signature]
Ana Clara

EM BRANCO



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO DA BALIZA
Contribuindo com amor ao futuro que queremos

3.6. Recomendamos cumprir rigorosamente a instrução processual quanto à ordem cronológica de documento ao juntá-los aos autos, numeração, assinatura de folhas, certificações de documentos, confere com original, atesto a veracidade, no sentido de proporcionar na celeridade ao andamento processual;

3.7. Recomendamos que após o Contrato firmado, seja anexada a Portaria do Fiscal do Contrato, juntamente com sua devida publicação no Diário Oficial do Estado, SENDO QUE É DE SUMA IMPORTÂNCIA QUE ESSE ÚLTIMO, ESTEJA CIENTE DE SUAS ATRIBUIÇÕES CIVIS E CRIMINAIS NO ANDAMENTO PROCESSUAL E QUE POSSUA CONHECIMENTOS TÉCNICOS;

3.8. Observei que o despacho com previsão orçamentária, e demais vezes em que a dotação foi mencionada, está com informações equivocadas, pois aborda que a atividade é do MDE. Solicitamos correção;

3.9. Recomenda-se atenção quanto à comprovação da **notória especialização do contratado**, bem como à adequada caracterização da **inviabilidade de competição**, elementos essenciais para a validade da inexigibilidade;

3.10. Observei diversos documentos sem a devida assinatura dos servidores, solicitamos sanar as pendências antes de dar prosseguimento.

4. ORIENTAÇÕES

4.1. Antes da formalização do contrato, a administração devesse verificar a habilitação fiscal, social e trabalhista, assim como a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo, nos termos do Art. 68 c/c art. 91, § 4º, da **Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021**;

4.2. Após providências de praxe, que seja juntado o ato ou extrato do contrato divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, em atendimento ao art. 91, *caput*, da **Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021**;

4.3. Em momento oportuno, o comprovante de inclusão do Certame e do Contrato no Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade – SAGRES/TCE-RR, em atendimento à **Instrução Normativa nº 002/2016 – TCERR – PLENO**, publicado no DOE em 20/05/2016.

4.4. Quando da contratação, providenciar portaria de designação do Fiscal do Contrato, visto que a competência da fiscalização, controle e elaboração de relatórios acerca de indícios de vícios na fase de execução dos contratos recairá sobre o fiscal do contrato, **em conformidade com art. 117, caput, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021**;

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1. Cientificar o (a) Gestor (a) da Pasta o inteiro teor do presente Relatório, bem como para decisão quanto à continuidade ou não das demais fases das despesas.

[Assinatura]
Ana Clara

EM BRANCO



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
CONTROLADORIA GERAL MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO DA BALIZA
Constituído em 1988 e em 1990 a Prefeitura Municipal

5.2. Para saneamento e prosseguimento dos autos, **faz-se necessário atendimento integral** das recomendações supracitadas neste Relatório;

5.3. Por todo o exposto, cumpre frisar que a presente análise toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data nos autos do processo administrativo em epígrafe;

5. CONCLUSÃO

Diante do exposto, **EM CONFORMIDADE COM O PARECER JURIDICO, QUE SE MANIFESTOU FAVORÁVEL APÓS ANÁLISE DOS AUTOS**, antes aos fatos até aqui apresentado, **OPINAMOS QUE APÓS ATENDER A TODAS AS RECOMENDAÇÕES DESTA CONTROLADORIA**, que os autos possam seguir seu trâmite com as demais fases da despesa pública, buscando principalmente o cumprimento dos princípios fundamentais para a Administração Pública, e **TENDO ATENDIDO TODOS OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS**.

IMPORTANTE TAMBÉM DESTACAR QUE OS PROCEDIMENTOS ADOTADOS NA LICITAÇÃO (CERTAME) SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS MEMBROS DA SECRETARIA DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS, e que o Controlador Interno não é ordenador de despesas, e nem confere "atesto" de recebimento dos materiais/produtos/serviços/ ora contratados pela Administração Pública. Essa atribuição se restringe ao gestor ou a servidor por ele indicado.

A finalidade do Sistema de Controle Interno consiste em avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, bem como da aplicação dos recursos públicos por entidades de direito privado.

Ressaltando que este parecer é meramente opinativo e não vinculante, ficando a Cargo do Gestor maior a realizar o que achar de direito quanto ao procedimento licitatório em questão.

São João da Baliza/RR, 06 de março de 2026.


MAZON FERREIRA RODRIGUES
Controlador Geral Municipal


ANA CLARA NUNES LEÃO BARROS
Subcontroladora Geral Municipal

EM BRANCO



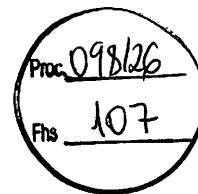
ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
CONTROADORIA GERAL MUNICIPAL



DESPACHO

AO GABINETE DA PREFEITA

DO MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA – RR.



Com parecer e recomendações a serem atendidas antes de prosseguir para as demais fases.

EM BRANCO



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
GABINETE DA PREFEITA



GABINETE

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 098/2026

INEXIGIBILIDADE Nº: 002/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR** torna público aos interessados que o Departamento de Licitação, no uso de suas atribuições legais, considerando haver cumprido todas as exigências do procedimento de licitação na modalidade acima citada, Inexigibilidade nº 002/2026, oriundo do Processo Administrativo nº 098/2026, tendo como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI FEDERAL Nº 14.133/2021) COM FORMAÇÃO DE AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR**, conforme especificações constantes no Termo de Referência, **ADJUDICO e HOMOLOGO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, em favor da licitante vencedora do certame:

VENCEDOR: INFORMAÇÕES EXPRESSAS DE LICITAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.095.841/0001-92, que apresentou o valor de R\$ 4.999,00 (quatro mil novecentos e noventa e nove reais), conforme os autos do processo.

São João da Baliza/RR, 06 de março de 2026

LUIZA MAURA DE FARIA OLIVEIRA

Prefeita Municipal de São João da Baliza/RR



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
GABINETE DA PREFEITA



DESPACHO

À

CONTABILIDADE,

Encaminho os autos do processo nº 098-2026 - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, para continuidade do processo.

São João da Baliza RR, 09 de março de 2026.

ANTONIA ELMA DIAS DA SILVA

Chefe de Gabinete

Decreto nº 010/2026



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
GABINETE DA PREFEITA



EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2026

O Departamento de Licitação do Município de São João da Baliza/RR, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA**, em cumprimento à homologação procedida pela Sra. Luiza Maura de Faria Oliveira, na qualidade de ordenadora de despesas, faz publicar o extrato resumido de Inexigibilidade nº 002/2026.

PROCESSO Nº 098/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI FEDERAL Nº 14.133/2021) COM FORMAÇÃO DE AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR.

INTERESSADO: INFORMAÇÕES EXPRESSAS DE LICITAÇÕES LTDA.
CNPJ nº: 01.095.841/0001-92

Fundamento Legal: Art. 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 30, de 15 de janeiro de 2024.

VALOR TOTAL: R\$ 4.999,00 (quatro mil novecentos e noventa e nove reais).

Declaração de Inexigibilidade de Licitação emitida pela Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Convênios – SEMLIC

São João da Baliza/RR, 09 de março de 2026.



LUIZA MAURA DE FARIA OLIVEIRA
Prefeita Municipal

ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA



GABINETE
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2026

O Departamento de Licitação do Município de São João da Baliza/RR, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA**, em cumprimento à homologação procedida pela Sra. Luiza Maura de Faria Oliveira, na qualidade de ordenadora de despesas, faz publicar o extrato resumido de Inexigibilidade nº 002/2026.

PROCESSO Nº 098/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI FEDERAL Nº 14.133/2021) COM FORMAÇÃO DE AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR.

INTERESSADO: INFORMAÇÕES EXPRESSAS DE LICITAÇÕES LTDA.

CNPJ nº: 01.095.841/0001-92

Fundamento Legal: Art. 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 30, de 15 de janeiro de 2024.

VALOR TOTAL: R\$ 4.999,00 (quatro mil novecentos e noventa e nove reais).

Declaração de Inexigibilidade de Licitação emitida pela Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Convênios – SEMLIC.

São João da Baliza/RR, 09 de março de 2026.

LUIZA MAURA DE FARIA OLIVEIRA
Prefeita Municipal

ATESTADO DE VERIFICAÇÃO DE
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA VIA INTERNET

Publicado por:
Wanderson Almeida de Sousa
Código Identificador:28BBC34A

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Roraima no dia 10/03/2026. Edição 2605

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amr/>

EM BRANCO

EM BRANCO

ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA

GABINETE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



PROCESSO ADMINISTRATIVO: N° 098/2026
INEXIGIBILIDADE N°: 002/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR** torna público aos interessados que o Departamento de Licitação, no uso de suas atribuições legais, considerando haver cumprido todas as exigências do procedimento de licitação na modalidade acima citada, Inexigibilidade n° 002/2026, oriundo do Processo Administrativo n° 098/2026, tendo como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI FEDERAL N° 14.133/2021) COM FORMAÇÃO DE AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR**, conforme especificações constantes no Termo de Referência, **ADJUDICO e HOMOLOGO**, nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021, em favor da licitante vencedora do certame:

VENCEDOR: INFORMAÇÕES EXPRESSAS DE LICITAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ n° 01.095.841/0001-92, que apresentou o valor de R\$ 4.999,00 (quatro mil novecentos e noventa e nove reais), conforme os autos do processo.

São João da Baliza/RR, 06 de março de 2026

LUIZA MAURA DE FARIA OLIVEIRA
Prefeita Municipal de São João da Baliza/RR

Publicado por:
Wanderson Almeida de Sousa
Código Identificador:3C3F87EF

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Roraima no dia 10/03/2026. Edição 2605

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amr/>

ATESTAÇÃO DE VERIFICAÇÃO
DOCUMENTO CONFORME
CONSULTA VIA INTERNET

EM BRANCO

EM BRANCO



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
GABINETE DA PREFEITA



DESPACHO

À
CONTABILIDADE,

Encaminho os autos do processo nº 098-2026 - Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, para continuidade do processo.

São João da Baliza – RR, 10 de março de 2026.



ANTONIA ELMA DIAS DA SILVA
Chefe de Gabinete
Decreto nº 010/2026.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA/PMSJB Nº 27/2026

“Dispõe sobre a nomeação de senhores para as funções de Fiscal de Contrato/Processo Titular e dá outras providências”.

A Prefeita Municipal de São João da Baliza - RR, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para o exercício da função de Fiscal Titular e do Processo nº 098/2026 da Inexibilidade 002/2026 - SEMAD, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA-RR, o senhor abaixo relacionado:

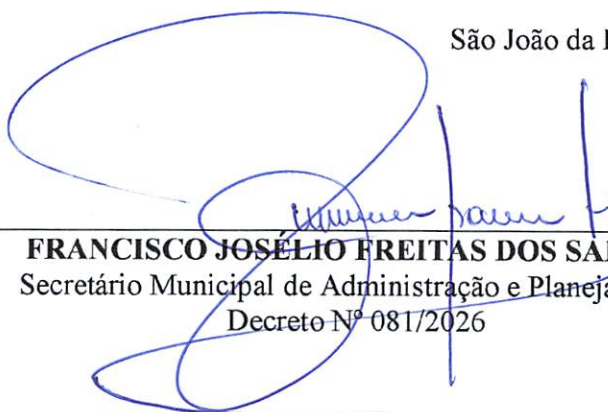
NOME	CPF	FUNÇÃO
Ghudryan willyan dos santos Araújo	006.287.592-23	Titular

Art. 2º São atribuições do Fiscal de Contrato/Processo Titular, acompanhar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências e determinando o que for necessário para regularizar as faltas ou defeitos observados; exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais, adotar medidas para que a fiscalização garanta a quantidade e a qualidade do produto final e atestar as notas fiscais da contratada.

Art. 3º O exercício da função de Fiscal de Contrato/Processo Titular tem caráter relevante e não remunerado.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São João da Baliza/RR, 10 de março de 2026.


FRANCISCO JOSÉLIO FREITAS DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Decreto Nº 081/2026

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA BALIZA**Avenida São Paulo, nº 1077 - Centro
04056248/0001-25

GL - Global

000127

GL - Global 127 FICHA: 27 DATA: 10/03/2026 PEDIDO Nº: 098/26

Licitação: INEXIGIBILIDADE Nº Licitação: Proc. Licit. PROCESSO: 098/2026

Nome: INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA CPF/CNPJ:01.095.841/0001-92 Código: 3061
Endereço: JOSE MAYKOT Cidade: FLORIANOPOLIS

CÓDIGOS		CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA EMPENHADA	
Unid.Orçamentária	020800	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
Cat. Econômica	3.3.90.39.99	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
Funcional	04.121.2101.2004.0000	MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	
Cód.Aplicação	100.104	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO	
Fonte Iduso	1	Recursos do Exercício Corrente	
Fonte Grupo	500	Recursos não Vinculados de Impostos	
Fonte Código	0000	Não se aplica	
DOTAÇÃO		EMPENHADO ATÉ A DATA	SALDO ATUAL
2.852.603,71		2.798.614,72	4.999,00

VALOR EM R\$**4.999,00**

quatro mil, novecentos e noventa e nove reais *****

Autorizamos o fornecimento dos materiais ou execução dos serviços, obedecidas as condições e especificações constantes desta Nota de Empenho.

HISTÓRICO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR.

ITEM	CÓDIGO	DESCR.	QTD	UNID	VLR UNIT R\$	TOTAL
10 de MARÇO de 2026.			VALOR TOTAL DOS ITENS			4.999,00
HILGLACY MENEZES DE SOUZA SEC. MUN. DE FINANÇAS			Autorizo			LUIZA MAURA DE FARIA OLIVEIRA PREFEITA MUNICIPAL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA BALIZA**

Avenida São Paulo, nº 1077 - Centro

04056248/0001-25

Exercício: 2026



LIQUIDAÇÃO DE DESPESA 00127/001 GL

Ficha: 027

Data Empenho: 10/03/2026 Data Liquidação: 13/03/2026

Credor...: INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA

Endereço: JOSE MAYKOT

Cidade...: FLORIANOPOLIS

CEP: 88090-410

Valor **RR\$ 4.999,00**

Extenso: quatro mil, novecentos e noventa e nove reais * * * * *

A liquidação da despesa foi procedida com base na Nota de Empenho indicada a cima e no título de crédito especificado a seguir, onde consta a declaração de entrega do material ou efetiva prestação de serviço.

Nota Fiscal	Série Data	Controle	Valor
000000000021	13/03/2026		4.999,00
Total de Notas			4.999,00

Título de Crédito:

Espécie:

Despesa Bruta: RR\$ 4.999,00

Líquido a Pagar: RR\$ 4.999,00

ORDEN DE PAGAMENTO

PAGUE-SE __/__/__

LUIZA MAURA DE FARIA OLIVEIRA
PREFEITA MUNICIPAL

Pagamento a ser efetuado com o(s) seguinte(s) Recurso(s):

Banco		Conta		Valor R\$

Liquidado em __/__/__ . Encaminhe-se ao Ordenador de pagamento, para os devidos fins.

Nome: _____

Chave de Acesso da NFS-e

4205407220109584100019200000000002126038672216037



A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

Número da NFS-e
21Competência da NFS-e
13/03/2026Data e Hora da emissão da NFS-e
13/03/2026 10:40:29Número da DPS
17Série da DPS
70000Data e Hora da emissão da DPS
13/03/2026 10:40:29

EMITENTE DA NFS-e

Prestador do Serviço

CNPJ / CPF / NIF

01.095.841/0001-92

Inscrição Municipal

934356

Telefone

(48) 9633-3687

Nome / Nome Empresarial

INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA

E-mail

JTALBARELLOS@GMAIL.COM

Endereço

JOSE MAYKOT, 177, ESTREITO

Município

Florianópolis - SC

CEP

88090-410

Simples Nacional na Data de Competência

Optante - Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)

Regime de Apuração Tributária pelo SN

Regime de apuração dos tributos federais e municipal pelo Simples Nacional

TOMADOR DO SERVIÇO

CNPJ / CPF / NIF

04.056.248/0001-25

Inscrição Municipal

-

Telefone

-

Nome / Nome Empresarial

MUNICIPIO DE SAO JOAO DA BALIZA

E-mail

-

Endereço

SAO PAULO, 1077, CENTRO

Município

São João da Baliza - RR

CEP

69375-000

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

SERVIÇO PRESTADO

Código de Tributação Nacional

2.01 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacion...

Código de Tributação Municipal

-

Local da Prestação

Florianópolis - SC

País da Prestação

-

Descrição do Serviço

1 (UMA) VAGA - CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO DE AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES. DIAS 18, 19 E 20 DE MARÇO DE 2026 EM FLORIANÓPOLIS-SC

INSCRITO(S): Tarciano Ferreira de Souza

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL

Tributação do ISSQN
Operação Tributável

País Resultado da Prestação do Serviço

-

Município de Incidência do ISSQN

Florianópolis - SC

Regime Especial de Tributação

Nenhum

Tipo de Imunidade

-

Suspensão da Exigibilidade do ISSQN

Não

Número Processo Suspensão

-

Benefício Municipal

-

Valor do Serviço

R\$ 4.999,00

Desconto Incondicionado

-

Total Deduções/Reduções

-

Cálculo do BM

-

BC ISSQN

-

Alíquota Aplicada

-

Retenção do ISSQN

Não Retido

ISSQN Apurado

-

TRIBUTAÇÃO FEDERAL

IRRF

-

Contribuição Previdenciária - Retida

-

Contribuições Sociais - Retidas

-

Descrição Contrib. Sociais - Retidas

0 - PIS/COFINS/CSLL Não Retidos

PIS - Débito Apuração Própria

-

COFINS - Débito Apuração Própria

-

VALOR TOTAL DA NFS-E

Valor do Serviço

R\$ 4.999,00

Desconto Condicionado

-

Desconto Incondicionado

-

ISSQN Retido

-

Total das Retenções Federais

-

PIS/COFINS - Débito Apur. Própria

-

Valor Líquido da NFS-e

R\$ 4.999,00

TOTAIS APROXIMADOS DOS TRIBUTOS

Federais
13,45 %Estaduais
0,00 %Municipais
2,78 %

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

NBS: 122051900

Certifico que o(s) Serviço(s)/Material(is)
constante(s) desta Nota Fiscal foi(ram)
prestado(s)/entregue(s)

Em: 13/03/2026

G. William dos Santos

Olá, MUNICIPIO DE SAO JOAO DA BALIZA
Aqui está seu boleto.



INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA

CNPJ: 01.095.841/0001-92
Rua José Maykot, 177, Canto
Florianópolis - SC
CEP: 88090410
(48) 99958-2901
mauricio@liciexpress.com.br

Vencimento

Valor

13/03/2026

R\$ 4.999,00

PAGO

Como realizar o pagamento:

Linha digitável

46191.11000 00000.000042 19872.326012 1 13840000499900



Pague o boleto com Pix
usando o QRcode abaixo



ASAAS 461

46191.11000 00000.000042 19872.326012 1 13840000499900

Local de pagamento				Data de Vencimento	
Pagável em qualquer banco ou casa lotérica				13/03/2026	
Beneficiário			CPF/CNPJ do Beneficiário		Agência / Código beneficiário
INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA			01.095.841/0001-92		0001 / 1299939-7
Data do Documento	Nº Documento	Espécie Doc.	Aceite	Data Processamento	Nosso Número
11/03/2026	763226337	DM	N	11/03/2026	419872326
Uso do banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor	Valor do Documento
	1	REAL			R\$ 4.999,00
Instruções (Texto de responsabilidade do beneficiário) Nao receber com cheque. CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO DE AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES. DIAS 18, 19 E 20 DE MARÇO DE 2026 EM FLORIANÓPOLIS-SC =====					(-) Desconto / Abatimentos
					(-) Outras deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros acréscimos
					(-) Valor cobrado
Pagador					
MUNICIPIO DE SAO JOAO DA BALIZA, CNPJ: 04.056.248/0001-25 AV SAO PAULO, 1077 - CEP: 69375000 CENTRO - São João da Baliza / RR					



Autenticação Mecânica

FICHA DE COMPENSAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA BALIZA

Avenida São Paulo, nº 1077 - Centro

04056248/0001-25

Exercício: 2026

ORDEM DE PAGAMENTO



Página 1

ORDEM DE PAGAMENTO 00454

DATA: 13/03/2026

VENCTO:13/03/2026

PAGTO:13/03/2026

Credor...: INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITAC CNPJ: 01.095.841/0001-92 Cod: 3061

Endereço: JOSE MAYKOT

Cidade...: FLORIANOPOLIS

CEP: 88090-410

Discriminação...:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO COMPLETO DE LICITAÇÕES (LEI 14.133/21), COM FORMAÇÃO E DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E ANALISTA DE LICITAÇÕES, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE SÃO JOÃO DA BALIZA/PR

Valor 4.999,00

(quatro mil, novecentos e noventa e nove reais) * * * * *

Despesa Bruta: R\$ 4.999,00

EMP/SUB	N.	LOCAL	FUNCIONAL	NATUREZA	VALOR	ANULAÇÃO	DESCONTO	LÍQUIDO
127	/ 1	GL 020800	04.121.2101.2004.0000	3.3.90.39.00	R\$ 4.999,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.999,00
TOTAL					R\$ 4.999,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.999,00

Despesa Líquida: R\$ 4.999,00

ORDEM DE PAGAMENTO

PAGUE-SE __/__/__

LUIZA MAURA DE FARIA OLIVEIRA
PREFEITA MUNICIPAL

Pagamento efetuado com o(s) seguinte(s) Recurso(s):

Banco	Conta	Cheque	Valor R\$
001	16630-8		4.999,00
TOTAL. . .			R\$ 4.999,00

Despesa paga em 13/03/2026 Com os recursos acima discriminados

HILGLACY MENEZES DE SOUZA
SEC. MUN. DE FINANÇAS



Emissão de comprovantes

G3341612468749241
16/03/2026 13:14:00

16/03/2026 - BANCO DO BRASIL - 13:13:50
378303783 0001

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: P M BALIZA REC PROP
AGENCIA: 3783-4 CONTA: 16.630-8
=====

ASAAS IP S.A.

46191110000000000004219872326012113840000499900

BENEFICIARIO:

INFORMACOES EXPRESSAS DE LICIT

NOME FANTASIA:

INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES

CNPJ: 01.095.841/0001-92

BENEFICIARIO FINAL:

INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES

CNPJ: 01.095.841/0001-92

PAGADOR:

MUNICIPIO DE SAO JOAO DA BALIZA

CNPJ: 04.056.248/0001-25

NR. DOCUMENTO 31.301

DATA DE VENCIMENTO 13/03/2026

DATA DO PAGAMENTO 13/03/2026

VALOR DO DOCUMENTO 4.999,00

VALOR COBRADO 4.999,00
=====

NR.AUTENTICACAO 9.9AA.137.9AD.5BF.F5B
=====

Central de Atendimento BB

4004 0001 Capitais e regioes metropolitanas

0800 729 0001 Demais localidades.

Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC BB

0800 729 0722

Informacoes, reclamacoes, cancelamento de
produtos e servicos.

Ouvidoria

0800 729 5678

Reclamacoes nao solucionadas nos canais
habituais agencia, SAC e demais canais de
atendimento.

Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala

0800 729 0088

Informacoes, reclamacoes, cancelamento de cartao,
outros produtos e servicos de Ouvidoria.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA

AV. SÃO PAULO Nº 1077

04.056.248/0001-25

Exercício: 2026



Situação do empenho: 127

Página 1

Emp \ Liq	Tipo	F.R.	C. Aplic.	Processo	Data	Valor	Liquidado	Pago	A Pagar
-----------	------	------	-----------	----------	------	-------	-----------	------	---------

Fic:27 Funcional: 04.121.2101.2004.0000 Categoria: 3.3.90.39.99 Entidade: 1 Licitação: INEXIGIBILIDADE
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA

Forn. 3061 INFORMACOES EXPRESSAS DE LICITACOES LTDA

Cnpj: 01.095.841/0001-92

127	/000	GL	1	50000	100	104	098/2026	EMP	10/03/2026	4.999,00			
127	/001	GL	1	50000	100	104	098/2026	LIQ/PG	13/03/2026		4.999,00		4.999,00

Situação em	Proc:	0,00	Não Proc:	0,00	4.999,00	4.999,00	4.999,00	0,00
-------------	-------	------	-----------	------	----------	----------	----------	------

DATA	ORDPG	BANCO	CONTA	CHEQUE	VALOR
13/03/2026	454	001	16630-8		4.999,00
Total de Cheques					4.999,00

TOTAL DOS EMPENHOS	4.999,00	4.999,00	4.999,00	0,00
--------------------	----------	----------	----------	------

Total Geral de Empenhos.	4.999,00			
Total Geral Liquidado.	4.999,00			
Total Geral Pago	4.999,00			
Total Geral a Pagar.	0,00	-->	Processado	Não Proc
Total Anulado	0,00		0,00	0,00



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA BALIZA

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO



Procedemos o encerramento e arquivamento do processo nº 098/2026 que tem como folha nº 001 o termo de abertura de processo e as folhas seguintes numeradas do nº 002 ao nº 124 que corresponde a este termo.

São João da Baliza – RR, 09 de abril de 2026.


Mazon Ferreira Rodrigues
Controlador Geral Municipal
São João da Baliza-RR



EM BRANCO